

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS
PENITENCIÁRIOS**

24.11.2015

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS
PENITENCIÁRIOS****24.11.15**

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Senhoras e senhores, boa tarde. Vamos começar mais uma abertura de uma reunião ordinária. Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Registro com satisfação a presença dos Srs. Deputados: Coronel Telhada, Luiz Fernando Machado, Orlando Morando, Luiz Fernando, Gil Lancaster, Ed Thomas, Celso Nascimento, Hélio Nishimoto e Itamar Borges. E também a presença do representante da Ordem dos Advogados Dr. Arles. Da assistência policial, Dr. Marzagão. Tem alguém da Polícia Militar aqui? Não?

Agradeço o secretário de Segurança Pública, pontual, chegou no horário. Muito obrigado. Agradeço sua presença.

Solicito ao secretário que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Solicito que seja considerada lida a ata.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É regimental. Estando todos de acordo, fica dispensada a leitura da ata. Considero aprovada.

A presente reunião foi convocada com finalidade de ouvirmos o Dr. Alexandre de Moraes, digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública. Ele prestará contas da sua pasta, do Art. 52 A da Constituição Estadual. Convido o senhor secretário para compor a Mesa dos trabalhos. De antemão, agradeço sua presença. Secretário, o senhor

tem a palavra, o tempo que quiser. Hoje começou bem, vi os índices e estamos bem. Vamos dar o show aqui. Boa sorte.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, deputado Orlando Morando.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Não é comum termos pessoas da nossa cidade aqui e hoje temos alguns peritos criminais que estão no aguardo da nomeação. A Sra. Carla está aqui, acompanhada, de São Bernardo do Campo. Queria fazer o registro e em um momento oportuno fazer a colocação em relação aos cargos vagos que existem em relação aos peritos criminais. Apenas para registrar a presença dos mesmos e agradecer a presença.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Está registrado. Vamos dar prosseguimento. Com a palavra, o senhor secretário de Segurança Pública, Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Boa tarde a todos. Inicialmente, agradeço o convite que me foi feito pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Assembleia Legislativa. Cumprimento o Sr. Presidente, o deputado Delegado Olim. Cumprimento os Srs. Deputados membros desta Comissão: Coronel Telhada, Luiz Fernando Machado, Orlando Morando, Luiz Fernando, Gil Lancaster, Ed Thomas, Hélio Nishimoto, Celso Nascimento, que acho que não está presente, o Itamar Borges e o Jooji Hato. Cumprimento todos os senhores e senhoras presentes.

Sr. Presidente, se assim me autorizar, rapidamente farei um apanhado geral e fico à disposição para questões e indagações. Aproveitando que estamos chegando ao final do ano, ao final do mês de novembro, para fazer um balanço geral das atividades da Secretaria da Segurança Pública em 2015. Esse é o motivo pelo qual fui convidado a comparecer aqui à esta Comissão.

Nós aqui, não é um plural majestático, eu e a equipe, quando fomos convidados pelo governador Geraldo Alckmin fixamos, dentro da nossa política de segurança pública três pilares importantes para serem seguidos. Desde o início são esses três

pilares. Desde janeiro foram perseguidos, continuam a ser e vão continuar assim durante 2016 também.

O primeiro ponto importantíssimo, e essa Casa muito nos ajudou nisso, foi identificar, apresentar e lutar para aprovações em relação a algumas alterações legislativas necessárias. Não é possível se tratar a questão da segurança pública só do ponto de vista administrativo. A segurança pública deve ser realizada do ponto de vista administrativo, mas também do ponto de vista legislativo. Ou seja, o instrumento de trabalho das polícias, da Secretaria da Segurança Pública, precisa ser constantemente aprovado.

Com essa intenção, seja no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa, nós apresentamos algumas propostas. De início na Câmara dos Deputados, nós acompanhamos o governador Geraldo Alckmin para levar várias propostas, algumas já aprovadas, de alterações legislativas. Alteração nas penas e crimes graves, contra a vida, praticado contra agentes de segurança. Levamos em março, eu e o governador Geraldo Alckmin, em mãos ao presidente da Câmara dos Deputados e depois ao Colégio de Líderes. Importante alteração que já foi aprovada na Câmara, mas ainda está no Senado, da pena de furto qualificado praticado mediante explosivos, a necessidade dessa alteração. Há essa necessidade, pois, no custo benefício houve - e verificamos isso - de anos para cá, uma migração daqueles que praticavam roubo a banco para o furto qualificado, mediante utilização de explosivos e caixa eletrônico.

Não é razoável que alguém que pule o muro, subtraia um botijão de gás, responda por furto qualificado. Da mesma forma alguém, dois ou três com fuzil, explodem um caixa eletrônico colocando em risco toda a vizinhança e respondem pelo mesmo furto qualificado. Nós apresentamos a proposta para igualar a sanção ao roubo qualificado. Foi apresentado um substitutivo na Câmara dos Deputados, na verdade, foi apresentado uma emenda aglutinativa de vários projetos que haviam sido apresentados. Foi aprovada na Câmara com uma sanção, não exatamente a que nós havíamos defendido, de igualar o roubo qualificado. Mas uma sanção maior aguarda agora aprovação no Senado Federal.

Outra alteração legislativa importante que eu e o governador Geraldo Alckmin levamos também logo no início do ano, - retornamos em maio e eu retornei em agosto, na Câmara dos Deputados para ver se anda - foi a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente. É um projeto para ampliação do tempo de internação daqueles menores

infratores que praticam atos infracionais equivalentes a crimes hediondos. Esse projeto eu já havia apresentado com o governador Geraldo Alckmin, em 2005, quando exerci o cargo de secretário da Justiça e acumulava a presidência antiga Febem, hoje Fundação Casa. A elevação de três para oito anos de internação, sendo que os maiores de 18 anos, necessariamente, a partir da aprovação desse projeto, deveriam ser afastados do convívio com os menores, colocados na Fundação Casa ainda, mas em ala separada para maiores de idade. São dois pontos importantíssimos.

Desde 2005, tanto eu quanto o governador Geraldo Alckmin lutávamos por isso. Reapresentamos, porque o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente é um ótimo código, ato normativo, é um exemplo de ato normativo para o mundo. Mas peca na questão da proporcionalidade na sanção. Todo o estatuto sancionatório tem que ter proporcionalidade na hora de aplicar sanção. O menor infrator, adolescente, com 15, 16 anos, que subtrai um relógio, um tênis, ele pode ficar até três anos internado. Eu sempre repito esse exemplo porque não é ficção, aconteceu o ano passado aqui no estado de São Paulo. Um menor com 17 anos, 11 meses e 29 dias, as vésperas do seu aniversário, matou com crueldade sua ex namorada e o namorado atual dele. Dois homicídios qualificados. Só pode ficar no máximo internado também por três anos. Peca na proporcionalidade da sanção.

Após os 18 anos, mesmo tendo praticado o ato infracional antes, quando faz os 18 anos, é necessário que esse, já agora adulto, seja separado dos menores. Ele acaba virando uma liderança e às vezes, infelizmente, uma liderança maléfica. Isso se repete todos os dias. Nessas últimas rebeliões na Fundação Casa, todos os líderes que incitavam a rebelião eram maiores de idade. Duas medidas absolutamente necessárias.

Esse projeto está correndo pela Câmara dos Deputados. Esse mesmo projeto, com uma única alteração, ao invés de oito anos, dez anos de internação, mas com todo o restante idêntico, foi apresentado no Senado para que houvesse a convergência do projeto pelo nosso ex-governador, senador, José Serra. Já foi aprovado no Senado e encontra-se agora na Câmara, aglutinado com o projeto anterior.

Os senhores e senhoras sabem, eu digo isso com tristeza, infelizmente o Brasil vive de espasmos. No primeiro semestre nós discutimos no Brasil o semestre inteiro se era para mudar o ECA ou se deveria ser reduzida a maioria penal. Foi o semestre inteiro de discussões, debates acalorados, brigadas. Veio o recesso parlamentar, chegou em agosto e ninguém mais toca nesse assunto. Nós, no Brasil, não conseguimos

completar o que nós iniciamos. Aprovando ou rejeitando, não importa, mas completar. Ambas as questões estão pendentes e nós já estamos chegando no final do ano.

Outras duas questões muito importantes que foram apresentadas pelo governador Geraldo Alckmin, são dois Projetos de lei Complementar utilizando, pela primeira vez, o Art. 22, parágrafo único da Constituição Federal, para que a União delegue aos estados alguns pontos específicos de sua competência privativa. Isso é possível pelo Art. 22, parágrafo único da Constituição, mas nesses 27 anos de Constituição nunca foi utilizado. Nós pedimos duas delegações de dois assuntos: matérias pré processuais, na fase de investigação e matérias de execução penal. Nas duas pontas da criminalidade.

Matérias de investigação porque até hoje, o modelo, o instrumento de trabalho da polícia para investigar é algo de 1940. O Código de Processo Penal, de 1940, foi editado não para combate à criminalidade, para auxiliar a segurança pública. Foi editado nessa data, escrito pelo ex ministro da Justiça de Getúlio Vargas, Francisco Campos, toda a estrutura da fase de investigação é exatamente para o controle social, não para o combate à criminalidade. Fora isso, de 1940 até agora, ficou extremamente arcaico, atrasado. Nem internet existia, celular, os modernos métodos de comunicação. Pedimos essa delegação e na outra ponta para alguns tópicos de execução penal.

Nós pedimos para que se delegue, regime de cumprimento de pena, trabalho do preso, progressão de regime. Só no Brasil ainda se confunde trabalho do preso, a obrigação do preso trabalhar, é como trabalho forçado. Ninguém no mundo discute isso. Trabalho forçado é aquela tortura, o trabalho inútil, algo que vemos em filmes mais antigos dos Estados Unidos, aquele preso com uma bola de ferro na perna ou algema de perna limpando pântano. Isso é um trabalho forçado porque é um trabalho inútil, no dia seguinte o pântano está igual. Ou quebrando pedra só. Isso é trabalho forçado. Todas as convenções internacionais da ONU, legislações proíbem, e o Brasil na Constituição proíbe. Agora o trabalho, o preso tem que ser obrigado, é uma obrigação do preso trabalhar. Nós temos que legislar sobre isso.

Progressão de regime, não é possível mais. A população corretamente não entende como alguém, que é condenado por roubo, com armas pesadas, é condenado a cinco anos, quatro meses e um dia, roubo qualificado e depois de dez meses, dez meses e meio está na rua de novo. É outro absurdo brasileiro, essa progressão de regime é outro absurdo. Eu repito sempre, já falava antes de ser secretário da Segurança Pública, o Brasil prende muito, mas prende mal. O Brasil seguiu uma tendência das ordenações portuguesas, que Portugal abandonou faz tempo, mas nós continuamos seguindo uma

tendência das ordenações portuguesas de prender muito. Independentemente da gravidade do crime, mesmo leves ou mais graves tudo prisão. Só que prendemos muito e igualamos na execução da pena, ao permitir progressão, que todos fiquem pouco tempo presos. Temos que mudar isso.

Crime leve, sem violência ou grave ameaça a pessoa, não precisa ficar preso. Não há necessidade de penitenciária. Prestação de serviço à comunidade, medidas restritivas, desde que fiscalizadas. Crime grave, penitenciária. Crime com violência ou grave ameaça a pessoa, penitenciária, só que foi condenado a cinco anos e quatro meses? Cinco anos e quatro meses. Não precisa aumentar a pena em abstrato. Matou alguém? Foi condenado a seis anos? Seis anos. No último ano, como a maioria dos países desenvolvidos, se analisa se pode um livramento condicional. Agora, regime semiaberto, aí não tem regime semiaberto, vai para regime aberto e não tem regime aberto, então vai para regime aberto domiciliar. Ou seja, a pessoa, no custo benefício, continua praticando crimes.

Nós prendemos esse ano uma quadrilha em maio. Uma quadrilha que havia, entre o ano passado e esse, realizado 21 furtos com utilização de explosivos em caixas eletrônicos, em São Paulo e Minas Gerais. Os dois líderes dessa quadrilha tinham sido presos em 2012, foram condenados em 2013, transitou em julgado em 2013, cinco anos, quatro meses e um dia. Em 2014, com pouco mais de dez meses estavam na rua de novo, porque fizeram trabalhos manuais e tiveram o desconto da pena. Eles disseram isso de forma jocosa. Eles fizeram uma análise, preferiram passar para o furto mediante explosivo, porque ao invés de ficar preso dez meses, iriam ficar apenas quatro, contando um sexto. Isso é absolutamente desproporcional.

O maior que rouba com arma, com crimes graves, ou mesmo aquele que furta, por causa desse sistema de progressão de penas ele fica menos tempo preso do que o próprio menor infrator. Precisamos mudar isso.

Como o Congresso Nacional não muda, nós pedimos também essa delegação. Estamos brigando, em um bom sentido, lutando por essa delegação. Essa delegação, obviamente, a lei Complementar valeria para todos os estados. Cada estado, nesses pontos, respeitando os principais constitucionais, legislariam. A Assembleia Legislativa que legislaria sobre esses dois assuntos. As peculiaridades de São Paulo, quem conhece é São Paulo. A Assembleia Legislativa é que representa. O povo de São Paulo conhece essas peculiaridades que são diferentes do Acre, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais. Não são melhores nem piores, são diferentes. Essa delegação

serviria para que pudéssemos legislar de acordo com as nossas necessidades de combate à criminalidade.

Do ponto de vista estadual, a Assembleia Legislativa, em dois momentos importantíssimos, auxiliou no combate à criminalidade, com a lei dos desmanches. A lei dos desmanches é o que mostra que alterações legislativas e inteligentes podem sempre dar certo no combate à criminalidade. Aprovação da lei dos desmanches que permitiu que nós emparedássemos mais de 800 desmanches fez com que o roubo de veículos, 17 meses seguidos tivesse queda, e esse mês agora, de outubro, também vai cair. A queda média, desses meses todos, em torno de 25%. Ou seja, de cada quatro veículos que eram roubados no ano passado, um deixou de ser.

E nós vamos avançar agora com a segunda etapa que o governador Geraldo Alckmin lançou a questão de um mês da lei dos desmanches que são os códigos de barras que identificam as peças nos desmanches. Ou seja, no momento que se comprar aquela peça no desmanche, você com o aplicativo do celular passa no código de barras e sai de onde veio, qual o veículo que veio, qual o ex proprietário, para cada vez mais coibir também o desmanche eletrônico que passou a querer existir e também está sendo combatido.

Outra lei importante, a que veda a comercialização de desbloqueadores de IMEI, o RG do celular, e salva autorização e regulamentação pela Polícia Civil. Para que nós pudéssemos, a partir de uma medida administrativa da Secretaria de Segurança, pedir as vítimas, já no boletim de ocorrência, que autorizassem a Secretaria a pedir o bloqueio das operadoras. Em quatro horas elas estão bloqueando o IMEI porque as pessoas, ou pelo menos a grande maioria das pessoas, bloqueava só o chip, porque tinha as suas fotos, seus dados pessoais, e deixava o IMEI. Agora o IMEI é bloqueado também e a assembleia depois muito nos auxiliou aprovando rapidamente a lei que veda a comercialização de desbloqueadores.

Essa parte legislativa é muito importante e nós vamos continuar com a apresentação de novos projetos que estamos elaborando em estudo, aqui no Congresso Nacional. O Congresso, infelizmente, vive um momento difícil, de pouca deliberação, mas nós temos que correr atrás disso.

Segundo tópico é a cooperação e coordenação entre os diversos órgãos importantes para a segurança pública. Segurança pública não é questão só de polícia. Obviamente não significa que não seja a questão vital para a polícia, óbvio. Mas segurança pública não é só questão de polícia. Segurança pública é envolvimento coma

União, com os municípios, é questão de iluminação em alguns municípios. Em alguns municípios, na análise de crimes sexuais, na análise de estupros, ao verificar determinados pontos, entramos em contato com os municípios para duas medidas importantíssimas: a primeira em alguns locais iluminação e a segunda para que haja, em determinados bairros, psicólogos da prefeitura para que junto com os professores da rede municipal, conversem com crianças, adolescentes, para saber se há ou não abusos.

São duas medidas importantíssimas que dão resultado na repressão e na prevenção de crimes sexuais, que todos sabem, é um crime difícilimo de ser combatido porque grande parte deles, dessas ocorrências, acontecem dentro de casa, com pessoas próximas. São duas medidas importantes em que há necessidade do apoio dos municípios, apoio da União. Eu estive, pessoalmente, várias vezes, não só com o ministro da Justiça, mas também com o ministro da Defesa, com o comandante do exército, para a questão dos explosivos, para uma melhor regulamentação, para a questão da necessidade de escolta armada no transporte de grandes continuidades.

Saiu em agosto o então comandante geral do exército para o sudeste, o general Campos, editou, só para São Paulo, a necessidade de escolta armada, esse inter-relacionamento entre instituições, a importância dessa ligação das inteligências da polícia com a Polícia Federal, com as Forças Armadas, Judiciário, Ministério Público. Falo como quem foi do Ministério Público por mais de dez anos, atuou no judiciário por dois anos, no meu mandato do Conselho Nacional de Justiça: a segurança pública é questão do Ministério Público e do Poder Judiciário. É importantíssimo que o Ministério Público e o Poder Judiciário estejam cada vez mais próximos da questão da segurança pública. Nós tomamos várias medidas importantes, vou só citá-las para não os cansar, no sentido de aproximar, audiência de custódia, a primeira delas.

Assim que eu assumi, o governador toma posse no dia primeiro de janeiro e dá posse na sequência aos secretários. Dia cinco, que foi na segunda-feira, salvo engano, assim que eu assumi, me reuni com o presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Nalini. No dia sete, quarta-feira, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski, para que nós fôssemos o primeiro Estado a implementar audiência de custódia. Isso desde o meu tempo no Conselho Nacional de Justiça, todos no Brasil quando diziam que era impossível, implementar audiência de custódia, citavam como exemplo São Paulo. É o gigantesco de São Paulo que iria impedir audiência de custódia. Nós invertemos essa lógica e no dia 24 de fevereiro,

instalamos audiência de custódia. Primeiro em duas seccionais, depois quatro, até chegar a oito em toda a Capital.

Audiência de custódia é uma dupla garantia de liberdade a todos e uma garantia de liberdade, principalmente, aos hipossuficientes economicamente, que não tinha condições de contratar um advogado para rapidamente entrar com habeas corpus. Não importa a condição social, econômica hoje na Capital, quem é preso em flagrante, em 24 horas estará na presença do juiz. Ou seja, é a maior previsão complementar ao direito de liberdade. Para os senhores terem ideia, quando se criou em 1659 o habeas corpus act, na Inglaterra, é trazido o corpo da pessoa perante o juiz, como uma garantia de liberdade para o juiz olhar e ver se tem que ficar preso ou não. Com a audiência de custódia, nós estamos garantindo a todos que são presos aqui na Capital, e estamos aguardando o Poder Judiciário levar para todo o Estado, estamos garantindo um habeas corpus de ofício. Em 24 horas é levado na presença do juiz, promotor, defensor público, se tiver o advogado constituído e aí o juiz analisa se é necessário continuar preso para investigação ou se pode responder em liberdade, com ou sem restrição. É garantia de apoio, confirmação, da legalidade da atuação policial. Em 24 horas está lá. O preso se quiser fala que apanhou, que pediram dinheiro, ele está na presença do juiz.

Nós já fizemos mais de dez mil audiências de custódia, nenhuma constatação de violência ou tortura. O preso que diz que foi torturado e fala que se machucou, o juiz manda. Se o juiz tem certeza, ele pedirá abertura de inquérito, se não ele manda para a própria corregedoria analisar. Nenhuma constatação. Até porque nenhum policial seria extremamente burro de, sabendo que em 24 horas irá apresentar o preso, de agredir o preso. Dá uma total transparência, isso dá uma segurança maior ainda para o policial exercer sua atividade.

Tráfico de entorpecentes. Todo o debate que sempre participei ou quem participa de tráfico de entorpecentes sobre a questão da descriminalização, não descriminalização, isso e aquilo. A grande questão é o seguinte, quem decide? Hoje sabemos que não há mais pena privativa de liberdade para usuário de entorpecentes. Ainda é considerado crime, mas um crime sem pena privativa de liberdade. No máximo prestação de serviço à comunidade, assistir palestras, uma internação, se ele concordar, mas nunca se converte em pena privativa de liberdade. E se diz, quem decide se é tráfico ou uso é a polícia. Na hora que prende, depois na hora que o delegado realiza o flagrante, é a polícia que irá colocar se é tráfico, se é uso e até a justiça analisar ele já ficou preso há muito tempo.

Audiência de custódia demonstrou que só em 10% dos casos, o juiz entendeu que aquilo deveria ser desclassificado para uso e não tráfico. Mostrando que a atuação policial vem sendo feita de forma absolutamente correta. “10% é muito”. 10% é menos do que o percentual de reforma de decisões do segundo grau em relação ao primeiro. É algo aceitável por posicionamento. Óbvio que cada vez mais, até pela audiência de custódia essa diferença vai diminuindo, mas mostra que a polícia vem atuando estritamente dentro da legalidade. A audiência de custódia, um grande exemplo.

A questão do núcleo de combate a violência ao torcedor. Reunimos o Ministério Público, Poder Judiciário, as polícias, a Federação Paulista. A partir disso pedimos e o Tribunal mudou o seu provimento para permitir que esse núcleo pudesse ter competência ampliada, não somente para os crimes do estatuto do torcedor, mas todos os crimes conexos. Salvo crimes dolosos contra a vida, porque aí é previsão constitucional, que pudesse, a partir dessa alteração, investigar, dar medidas de investigação. Até a criação desse núcleo, poucas pessoas sabiam, mas o juiz do estatuto do torcedor, não podia determinar prisão, não podia determinar uma busca e apreensão, não poderia determinar uma interceptação.

Quem tinha que determinar isso era o Dipo, Departamento de Inquiridos Policiais que não tinha relação, nem conhecimento sobre essas questões. Fizemos essa união, essa conversação, que depois também foi reforçada pela Assembleia Legislativa com aprovação de uma lei determinando sanções administrativas a federação, aos clubes, que desrespeitassem o estatuto do torcedor. Isso vem dando certo, combatendo, diminuindo a violência no futebol porque, não só alteramos a estrutura, mas também a forma de cumprimento e fiscalização das penas de prestação de serviço à comunidade. Passamos a aplica-la no corpo de bombeiros, no Instituto Médico Legal, o Lucy Montoro. A ideia é, aquele que gosta de assistir futebol, gosta de habilidade física, vai brigar, praticar crimes no futebol, prestação de serviços à comunidade para auxiliar aqueles que, infelizmente, perderam as atividades motoras, para ver a importância de uma atividade motora.

Nós passamos a dar ao juiz a possibilidade de aplicação dessas sanções nesses locais. Antes o juiz pedia para ficar duas horas antes e duas horas depois em uma delegacia, só para não ver o jogo. Isso em nada colabora. Não por culpa do juiz, mas porque não havia essa estrutura e essa estrutura foi criada. Tanto que agora, até juízes de outros estados, quando há brigas em outros estados, de torcedores do São Paulo, quando

aplicam a sanção, eles já mandam para esses estabelecimentos pré-determinados pela secretaria da segurança. Foi outro grande avanço.

Um outro avanço importante nesse segundo pilar de cooperação, de coordenação, a aproximação com os municípios e com as guardas-civis. Essa é outra questão importantíssima. É a aproximação com convênios de treinamento da guarda civil, com atuação conjunta com a guarda civil. Darei um exemplo, mínimo, mas para verificar como uma coisa mínima às vezes resolve. Em bairros de Piracicaba, a Polícia Militar e a guarda civil, com uma medida extremamente simples, melhoraram muito a questão da segurança e ampliaram a presença física de policiamento nas ruas. Como assim? Trocando informações em relação as rotas das viaturas. Às vezes tinha duas viaturas no mesmo local, no mesmo bairro, ao mesmo tempo. Passaram uma a fazer sentido horário, outra sentido anti-horário, em horários pré determinados, para que estivessem sempre rodando os bairros. Uma medida simples, mas que depende de integração, de conversação entre as partes.

O grande projeto, agora é a quarta etapa do Detecta, do grande sistema de monitoramento, o cérebro criminal que no ano passado, o governador Geraldo Alckmin adquiriu o modelo de Nova Iorque. Hoje o Detecta é o maior banco de dados da América Latina. Tem todos os dados da Polícia Civil, todos os dados da Polícia Militar, todos os dados de bombeiros e resolvendo um problema que existe no mundo todo. Em Nova Iorque se criou esse sistema exatamente por isso. Cada polícia tem os seus dados e cada uma é muito zelosa dos seus dados. Esse sistema permite o armazenamento. Cada instituição mantém os dados, só que provocado por um acesso específico, por uma pergunta específica, por uma ocorrência real, puxa dados de todos os bancos e acaba dando a resposta. Fizemos isso, integramos depois mais de mil e 700 câmaras entre vídeo monitoramento e OCRs. Os leitores de placa para veículos furtados, roubados, foi a segunda etapa.

Na terceira etapa instalamos os três primeiros tipos de vídeos analíticos em que nas câmeras, nós pré-determinamos determinadas condutas criminosas, ou condutas que podem ser criminosas e filmando dá um alerta, não só no Copom, no CICC da Secretária, mas também no tablet do policial daquela área. Até o final do ano estaremos com nove tipos de vídeos analíticos. Agora estamos na quarta etapa.

A quarta etapa é juntar os municípios, fazer uma integração com eles. Estamos finalizando, brevemente o governador vai anunciar o molde final para operação verão. Vamos fazer uma cerca eletrônica que começa em Peruíbe, pega todo o litoral sul, o

litoral norte, sobe por Mogi, vai para o vale do Paraíba e acaba em Campos do Jordão. Essa rede eletrônica, com interligação dos radares, OCRs e com as câmeras de vídeo monitoramento dos municípios que tem câmeras. Vamos trocar essas imagens com a Secretaria da Segurança Pública, por parte do CICC e com a PM pelo Copom. Nós vamos instalar em cada município que tenha a central de vídeo monitoramento, Praia Grande, Itanhaém inaugurou recentemente, Santos, São José, Taubaté, vamos colocar lá a tela do Detecta com as informações necessárias também para que o município possa puxar rapidamente. É uma integração entre estado e município. Pretendemos, até o final do ano que vem, unir os 645 municípios nessa cerca eletrônica com imagens para investigação, com dados e com a placa de veículos furtados e roubados e usados em crime.

Para se ter uma ideia da importância do Detecta e dessa rede de proteção, dessa cerca eletrônica, se agora, aqui na frente, no parque Ibirapuera, acontece um sequestro relâmpago e uma testemunha vê o carro Gol branco e vê três números da placa, 486, ela liga para o Copom 190 e passa esses dados. Imediatamente se joga no Detecta, se faz um raio de tantos quilômetros, obviamente, se tiver a placa inteira melhor, mas não precisa nem da placa inteira. Todo o Gol branco que tenha esses três números será dado o alerta e a polícia irá rastreando esse veículo. Unir em todo o Estado isso. É o que vamos fazer até o final do ano que vem, isso é absolutamente importante, é um combate inteligente a criminalidade.

O terceiro pilar importante é a atuação finalística da polícia. Os investimentos em treinamento, em viaturas, em inteligência policial, coordenação policial, é o treinamento e nós podemos ter certeza absoluta, nós temos no estado de São Paulo a melhor polícia do Brasil. Tanto que todos os estados vêm fazer treinamento. Se é Polícia Civil, vai fazer treinamento na Polícia Civil. Se é Polícia Militar, na Polícia militar. Se é Polícia Técnico Científica, também na superintendência da Polícia Técnico Científica. Nós exportamos aqui tecnologia, expertise. Sempre, como tudo na vida e todas as instituições, precisamos melhoras, vamos melhorar, mas os investimentos que já vinham sendo feitos. Mas esse ano, a Secretaria da Segurança Pública não teve um tostão cortado, mesmo com toda essa crise financeira, mesmo com a necessidade das demais em relação as demais secretarias do contingenciamento. Na Secretaria da Segurança Pública, o governador autorizou por ser absoluta prioridade que nós pudéssemos gastar tudo o que o orçamento previu. Nós podemos investir em viaturas, em armamento, novos softwares, tecnologia. Ou seja, nós continuamos o que já vinha sendo feito, os

quatro anos anteriores do governador Geraldo Alckmin, mas ampliamos esse investimento.

Estive recentemente em Goiás para participar de um seminário de segurança pública com o secretário de Goiás, de Pernambuco. Estive em Brasília na reunião dos secretários da Segurança Pública, também quando falamos esses números em um ano, os outros estados acham um absurdo. Mas nós, somente nesse ano, demos posse em maio para 2.614 novos policiais militares, novos soldados e agora, quarta-feira passada, foram formados mais 2.815. Só nesse ano, aproximadamente 5.500 novos policiais militares para que nós pudéssemos ampliar. Vamos ampliar também na Polícia Civil, na Polícia Técnico Científica, porque havia concursos em slow motion desde 2013. Nós corremos com todos os concursos, pedimos prioridade em todos os concursos.

São 129 vagas para delegados. 780 vagas para novos escrivães. Duas mil vagas para investigadores. Nós temos 350 vagas para peritos criminais. 180 vagas para médicos legistas, além de outros cargos. Somando, Polícia Técnico Científica e a Polícia Civil, mais cinco mil novos policiais entrarão na polícia. Além de março, onde mais três mil policiais militares que estão no curso de formação. Ou seja, investindo, não só em armamento, não só em viaturas, não só em tecnologia, mas em pessoal também. De maneira que nós queremos, por determinação do governador, é que até final de 2016 ou no mais tardar até meados de 2017, todo o efetivo das polícias esteja completo.

Faço questão de ressaltar que tivemos, no ano passado, em relação a Polícia Civil e a Polícia Técnico Científica, o problema da aprovação da lei Complementar que diminuiu em cinco anos a aposentadoria dos policiais civis e da Polícia Técnico Científica. Com isso, várias aposentadorias que não esperadas acabaram ocorrendo ampliando as vagas em aberto.

Recentemente foi aprovada a lei Complementar da bengala, regulamentando a PEC da bengala, para ampliar todos para 75 anos. Especificamente, até por isso voltou ao senado, revogando a lei 144 que alterou a aposentadoria da Polícia Civil e Polícia Técnico Científica, mas foi vetada pela presidente. Por hora, continua isso. Isso acelerou o número de aposentadorias. Até porque sei que será indagado, em relação aos concursos. Aqueles que foram homologados, alguns ainda estão para serem homologados, quem o faz é o secretário, já foram encaminhados ao Palácio. A sequência é o parecer jurídico da assessoria técnica jurídica do governador e aguardar a lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, nós estamos no limite prudencial da lei de

Responsabilidade Fiscal. O Estado está no limite prudencial. Assim que sairmos desse limite, serão nomeados, na sequência, todos aqueles por ordem que foram homologados, para ser mais justo.

São algumas considerações, Sr. Presidente, deputados, estou à disposição de todos. Obrigado e me perdoem pela extensão da manifestação.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Parabenizo-o pela explanação de sua pasta. O senhor deixou as informações que, acredito, todos gostariam de ouvir. Parabenizo a aula que deu a todos, do que está acontecendo e do que será feito, o que está sendo feito pela segurança pública do estado de São Paulo. Registro as presenças dos Srs. Deputados que estão na plateia, hoje tão concorrida essa Comissão: Coronel Camilo, nosso vice-presidente da Comissão de Segurança; Carlão Pignatari, líder do PSDB; Marcia Lia; Roberto Tripoli; Igor Soares; João Paulo Rillo e Celso Nascimento.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PP - Perguntas.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só um tempinho. Vou passar o que será feito. Por ordem de chegada, serão os primeiros que serão perguntados. Primeiro os membros, depois deixarei que outros perguntem. Perguntas objetivas e rápidas. O secretário responderá pelas perguntas. Não repetir perguntas que já foram feitas. Algumas perguntas ele já falou, se forem perguntar já sabem que algumas perguntas já foram até explanadas no discurso do mesmo. Começamos com o deputado Orlando Morando, que irá sair. Depois darem prosseguimento em ordem de chegada. Pode começar, por gentileza, Orlando Morando.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSBD - Boa tarde a todos. Cumprimento o Sr. Presidente, Delegado Olim. Saúdo e cumprimento o secretário Alexandre de Moraes. Acho que nunca tivemos índices tão favoráveis à segurança como os que vêm sendo

colhidos ao longo deste ano, fruto de um trabalho feito a longo prazo, mas, naturalmente, com a marca do senhor que tem posta na segurança pública de São Paulo. Razão a qual merece nossos cumprimentos.

Em respeito, porque recebi e o senhor tratou, mas foi pouco conclusivo para quem espera. Gostaria que pudesse ser um pouco mais específico e pontual, se existe um prazo possível, para que os peritos criminais que estão aguardando possam ser chamados aqueles que prestaram concurso público. Nós reconhecemos, a lei de Responsabilidade Fiscal está no limite prudencial. Isso pode acontecer em um mês, três meses, um ano, ou até mesmo o cancelamento do concurso. Pergunta específica e pontual.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Já pode vir, o secretário já responde, assim é mais rápido. Registro a presença do deputado Márcio Camargo.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Cumprimento os Srs. Deputados que chegaram depois: (ininteligível); Coronel Camilo; João Paulo Rillo; Igor Soares; Marcia Lia; Roberto Tripoli; Carlão Pignatari.

Deputado Orlando Morando, como eu disse, nós aceleramos dentro dos prazos possíveis, todos os concursos para que todos se encerrassem. Estão faltando ainda, e deve, até o final do mês já serem homologados e delegados e investigadores, são os últimos dois que estão faltando. Nenhum desses concursos serão revogados, anulados. Precisamos aguardar que a lei de Responsabilidade Fiscal autorize a contratação. Por parte do governador, o compromisso. Assim que houver essa possibilidade, a segurança tem prioridade, até porque foi determinação do governador Geraldo Alckmin assim que eu assumi, para verificar o porquê os concursos não tinham acabado. Isso acabou gerando um problema. Os concursos de 2013 deveriam ter acabado em 2014 para novos se abrirem em 2014 e não teríamos sido tão surpreendidos com a lei que antecipou a aposentadoria compulsória.

Acaba ocorrendo, na administração, até porque muitos mandatos de segurança, os candidatos também acabam, às vezes, não colaborando com a celeridade do concurso. Inúmeros mandatos de segurança. Foi determinação do governador. Não posso afirmar se um, dois ou três meses, porque isso depende da arrecadação do Estado, depende da saída do limite prudencial. Assim que sair desse limite, as nomeações começaram.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Respondido. Agora o deputado Ed Thomas, uma pergunta objetiva. Todas perguntas rápidas, assim conseguimos ouvir tudo o que o secretário tem para falar. Cada um tem o seu direito de fazer pergunta, mesmo os que não são membros. Ed Thomas, fique à vontade.

O SR. ED THOMAS - PSB - Obrigado, Sr. Presidente. Digno deputado Olim, presidente dessa Comissão. Aos companheiros dessa Mesa, saudação a todos e a todas. Saudação especial ao doutor Alexandre, digno secretário de segurança.

O deputado Orlando disse que seria pontual e foi. Sr. Presidente e secretário, serei distrital no primeiro momento, já que o Orlando foi pontual, até porque sou deputado distrital. Nós estamos a 600 quilômetros de São Paulo, região de Presidente Prudente, que é o oeste paulista. Os índices de violência são os menores, também na nossa região. Eu aproveito para registrar com carinho, e com muito respeito, o digno trabalho da Polícia Militar, do 18º Batalhão, na pessoa do comandante Leopoldo. Através da Polícia Civil, Dr. Valmir Girati, digno delegado, que trabalham, realmente, em conjunto.

O secretário sabe que o oeste paulista detém um maior número de presídios e de população carcerária. Gostaria de saber dos investimentos também em segurança vão acontecer. O senhor disse dessa cerca, que será feita em uma operação de monitoramento que é grandiosa, nós também precisamos disso no interior. Temos um final de ano chegando e as notícias sempre correm. Algumas mentirosas e outras verdadeiras, quanto aos nossos presídios.

E a outra situação, não sei se o senhor tem esse índice, mas nós temos um aumento nos roubos na área rural. A minha região é vocacionada para produção, agricultura familiar, pequenas chácaras, pequenos sítios, pequenos latifúndios. Nós temos visto um crescimento da violência na área rural e o armamento, essas pessoas para se protegerem têm se armado, secretário. Gostaria dessa especial atenção e dessa pergunta.

A outra situação é quanto as fronteiras. Eu tive a oportunidade de ver o secretário falando das fronteiras do Brasil para o combate do narcotráfico, do aumento do efetivo da Polícia Federal, de um investimento do governo federal para que armas e drogas não entrem no País. Notícias bem recentes, a nossa região, através de Brasilândia e Paulicéia, foi feita uma ponte, uma ligação muito importante com o estado do Mato

Grosso, e é um corredor. Claro que nós já pedimos à Polícia Federal um posto, mas gostaria de saber o que o Estado pode auxiliar em uma simetria, com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, com a Polícia Federal.

A outra fronteira é em Presidente Epitácio, que é uma passagem mais antiga. O outro lado é o estado do Paraná. São 90 quilômetros de Prudente à Epitácio, um pouco mais até Paulicéia e 70 com o estado do Paraná. Pergunto porque algumas bases da Polícia Rodoviária foram desativadas. Aí há uma facilidade da entrada da droga pelo interior.

A última, Sr. Presidente, não é da Secretaria do nosso digno secretário. Mas se há também, como ele falou, uma interligação com o Poder Judiciário. Eu acredito que todas as secretarias devem estar interligadas para que a população ganhe com isso. Há uma preocupação contra a proteção a mulher vítima de violência doméstica, ela tem denunciado e ainda tem sido assassinada por aquele que jurou amar e hoje jura matar e mata. Nós temos Casas Abrigos que funcionam no Estado. Mas na grande maioria bancadas pelo município. O Estado teria que ter, com certeza, uma participação maior nessas casas abrigos. O governo federal criou a Casa da Mulher Brasileira. Nós temos a Casa Abrigo no estado de São Paulo, mas não há, infelizmente, investimento para proteção dessa mulher que denunciou essa violência e sofre junto com os seus filhos. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. Muito obrigado, secretário.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Antes da resposta do secretário de Segurança, registro a presença do coronel Romano desta Casa, agradeço sua presença. Secretário, fique à vontade.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço as questões, deputado. Realmente, a região de Prudente, que é o nosso Dinter CPI 8 está muito bem servida, tanto do comandante, quanto do diretor do departamento. Para se ter uma ideia, temos na região de Prudente, o segundo menor índice de homicídios do Estado. Temos 6,8 homicídios por 100 mil habitantes. Isso é computado. Se tirarmos as mortes que ocorrem nos presídios, em brigas internas, cairia mais ainda. Mas é o segundo melhor.

Lembrando que o estado de São Paulo, como o governador anunciou ontem, pela primeira vez desce do patamar de nove. Nós terminamos o ano passado com 10,06 homicídios por 100 mil habitantes. Dez é o limite do tolerável para a organização mundial de saúde e para o escritório da ONU de combate as drogas e crimes. Nós, esse ano, fomos trabalhando, baixamos de dez e foi diminuindo. Agora, com essa diminuição dos homicídios no mês de outubro, a diminuição em 20,63% nós obtivemos 8,94 homicídios por 100 mil habitantes. Aqui, em São Paulo, 8,68. Na região de Prudente, 6,8. São os melhores números do País. Nenhum estado no País, hoje, tem menos do que 12. Dez nenhum tem, mas menos do que 12. O Brasil, como um todo, tem 27 homicídios por 100 mil habitantes. Três vezes mais do que o estado de São Paulo. Se tirarmos São Paulo, que puxa a média para baixo, o Brasil irá para 38 homicídios por 100 mil habitantes. Quase quatro vezes mais. Isso é um trabalho constante que vem sendo feito, como lembrou o deputado Orlando Morando, ano após ano.

Nós saímos de 1999 com 35,27 homicídios por 100 mil habitantes. Em 1999 o estado de São Paulo era semelhante ao que é o Brasil hoje sem São Paulo. O trabalho foi sendo feito. O ano passado, 10,06. Esse ano baixamos de dez, passamos a nove. Pretendemos continuar trabalhando para ver se São Paulo consegue chegar aos níveis de Prudente, 6,80.

A questão dos presídios, obviamente, pode ficar absolutamente tranquilo porque há um trabalho conjunto de integração entre a SAP, Secretaria da Segurança Pública, entre eu e o secretário Dorival. A troca de informações é diária exatamente para evitar que a população de toda região que recebe, e a região que mais recebe presídios no estado de São Paulo, seja prejudicada em virtude disso. Há sempre um trabalho importante de monitoramento geral. E lá é uma das regiões em que, aquele segundo

pilar que eu me referi a vocês, da nossa política de segurança pública, é uma das regiões que mais avança. A integração entre Ministério Público, Poder Judiciário, polícia e muitos municípios lá, é muito boa. Tenha absoluta tranquilidade de que tem essa troca de informações e cooperação.

Os prefeitos dos municípios da região, como de todas as regiões, já foram contatados para analisarmos quais municípios têm câmeras, quais não têm, quais as necessidades. Assim, depois do lançamento dessa primeira cerca eletrônica, podemos lançar os convênios para até o final do ano que vem, podermos interligar os 645 municípios.

A questão do roubo na área rural nós já detectamos. A Polícia Militar, Polícia Civil já detectou, para que nós possamos combater de uma forma. Houve uma ampliação, nesses últimos dois, três meses, do roubo rural e nós já detectamos para combater de forma mais efetiva.

As fronteiras são um dos grandes problemas do Brasil. Para se ter uma ideia, só nesse ano já prendemos, aqui em São Paulo, quatro fuzis ponto 50. É aquele que foi feito para atravessar blindado leve e acaba sendo utilizado por guerrilhas, por narcotraficantes, para derrubar helicóptero. Só esse ano, quatro. Fora fuzis de todas as nacionalidades que passaram a entrar cada vez mais de forma absolutamente livre, pelas nossas fronteiras. Infelizmente pela Bolívia, Colômbia, e principalmente na questão e fuzis, o Paraguai.

Houve, quatro anos para cá, uma união entre quadrilhas e narcotraficantes e quadrilhas de contrabandistas de armas, até para aproveitar as mesmas rotas. Para isso, é necessário, obviamente, um trabalho conjunto. É necessário que o governo federal permita que as Forças Armadas usem a lei Complementar, que já é previsto. A lei Complementar foi aprovada na época do presidente Fernando Henrique Cardoso, que no caso de o presidente da República entender, tratar-se de momento ou ocorrência de lei e ordem, pode autorizar a atuação das Forças Armadas na fronteira. Estamos desde o início do ano repetindo isso. Várias conversas com o comandante do exército, da Marinha, Aeronáutica, como ministro da Defesa. Recentemente, estive novamente com o general Villas Bôas, que é o comandante do exército, que quer atuar também.

Esse último mês, o governo federal autorizou duas interceptações por parte da força aérea porque isso é necessário. É necessário vir do governo federal, da União. Aqui não é questão de personalizar ou politizar, que é a questão de federação, de ente federativo. Não está escrito na Constituição, nunca esteve, que a União não tem

responsabilidade por segurança pública. Muito pelo contrário, é da União a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a necessidade de fortalecer as fronteiras. É importante que, ou o governo federal, ou a União, ampliem o efetivo da Polícia Federal, para que possa também realizar esse policiamento preventivo e ostensivo. Porque hoje, o que temos, é a atuação da Polícia Federal como Polícia Judiciária da União, no que está fazendo muito bem a atuação. Ela precisa, ou de mais efetivo, e um efetivo para esse policiamento ostensivo, preventivo das fronteiras ou que se crie uma polícia de fronteiras.

Eu tive a oportunidade, a pedido de vários senadores, de me reunir com uma comissão no Senado, esse ano. E depois duas vezes com o senador Ferraço do PMDB do Espírito Santo, que é o relator da PEC 33, a Proposta de Emenda Constitucional 33, que traz, de forma mais explícita, a União para as suas responsabilidades na segurança pública. Propus, e ele acolheu no relatório que apresentou, que colocasse uma alteração no artigo 144 deixando bem explícito que é competência e obrigação do governo federal, da União, o policiamento preventivo e ostensivo das fronteiras. Isso é muito importante.

Talvez poucas pessoas aqui saibam, São Paulo, Paraná, por causa da bacia do Rio Paraná, somos o oitavo distrito naval do Brasil. Nesse oitavo distrito, nós temos os dois portos mais importantes do Brasil, o Porto de Santos e Porto de São Sebastião. Obviamente, essa fronteira precisa ser controlada, fronteira aquática. Quantos navios o oitavo distrito naval, que fiscaliza os dois portos mais importantes do Brasil tem para isso? Quantos navios da Marinha brasileira tem no oitavo distrito naval? Nenhum. Tem duas lanchas. Quantos helicópteros tem o oitavo distrito naval? Nenhum. Quando precisa uma operação ou nós apoiamos ou pede que venha do Rio de Janeiro. É necessário que haja esse reaparelhamento das Forças Armadas e uma polícia, ou de fronteira ou a Polícia Federal, com efetivo para realizar essa atividade.

Terça-feira passada, estivemos em reunião de um grupo de inteligência integrada com as Forças Armadas, com o general Cid, que o atual comandante do sudeste. Nós estivemos para trocar mais informações ainda e nós estamos encaminhando uma proposta, por intermédio dele, vamos juntos a Brasília, para integrar, no detecta, todas as câmeras e radares das Forças Armadas das fronteiras que nos interessam para São Paulo. Nós passamos as nossas para eles, para um combate mais efetivo ao narcotráfico e ao contrabando de armas.

Para finalizar, a violência doméstica que é uma preocupação constante. É um absurdo que nós estejamos no século XXI, estamos indo para 2016 e continue tendo um número gigantesco de casos de violência doméstica. Isso é uma preocupação importantíssima. Já estamos há três meses, quando o governador sancionou uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa, de iniciativa do procurador geral de Justiça, criando uma promotoria especializada nisso. Promotoria de defesa contra a violência doméstica, 20 cargos e promotores, nós já estamos com um procurador geral, estamos organizando, vamos montar um sistema integrado. Tenho absoluta certeza que esse sistema será exemplo depois para outras áreas, e quem sabe, para o todo. É um sistema integrado de maior selenidade nos casos de violência doméstica.

Talvez para dezembro ou janeiro os cargos serão providos no Ministério Público, nós já teremos quais serão os promotores para fazer essa integração. Pode ter absoluta tranquilidade que isso é uma prioridade que já vem andando. A lei aprovada aqui pela Assembleia, criando essa promotoria especializada, nos deu oportunidade de também anexar a polícia nisso para fazer um grande sistema de proteção contra a violência doméstica. Principalmente trazendo informações também. E pegando informações, não só da área criminal, mas da área civil, onde o judiciário várias vezes dá medidas restritivas no caso de um divórcio, de uma separação e essas informações não chegam à polícia. Nós vamos trazer essas informações para cortar o mal pela raiz. Evitar que aquela briga que continua que pode gerar a violência doméstica e pode gerar o homicídio, que aquilo seja rapidamente ceifado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Antes de passar a palavra para o Coronel Telhada, registro a presença do deputado Welson Gasparini. Coronel Telhada, a palavra é de Vossa Excelência.

O SR. CORONEL TELHADA - PSBD - Primeiramente agradeço a presença do secretário. Parabenizo-o e toda sua equipe pelo trabalho que tem desenvolvido a frente da Secretaria. Secretário, o senhor sabe que nós aprovamos nessa Casa o Projeto de lei 455, de 2015, que prevê uma ação contra os famigerados pancadões, que é o terror da periferia, não só da cidade de São Paulo, mas das grandes cidades. Gostaria de saber do senhor o que tem sido feito até o momento, na tentativa de minimizar o problema que sabemos que vem ao longo dos anos trazendo muita dor de cabeça para os cidadãos.

O segundo questionamento é quanto o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil, principalmente no interior, nós temos recebido vários pedidos, várias informações da dificuldade de efetivo, de estar reduzido, de estar deficiente. O senhor sabe se algum estudo, alguma ideia no aumento do efetivo, o senhor já falou do repletamento dos últimos cinco mil policiais, mas se há alguma previsão quanto a uma possibilidade de aumento do efetivo.

Um terceiro questionamento, o senhor sabe que o meu último comando na Polícia Militar foi a Rota e durante os anos que eu comandeiei a Rota, junto com o Gaeco, com a inteligência da Polícia Militar, nós atuamos fortemente contra o crime organizado. O que levou a centenas de prisões de criminosos, de sintonia de torres do PCC, grandes apreensões de armas, armamentos, confrontos com esses criminosos. Mas ultimamente nós temos visto que não tem acontecido esse tipo de ocorrência. Pelo menos não temos sido informados de ocorrências envolvendo o crime organizado. Pergunto, a Rota não tem mais trabalhado contra o PCC, ela foi tirada dessa atuação? E se for a Polícia Militar ou a Civil que estiver atuando contra o PCC, tem sido de maneira adequada? Nós não temos visto esse combate. Ou se de repente, o crime organizado está extinto, está acabando, porque não temos visto esse tipo de crime organizado sendo combatido no estado de São Paulo, pelo menos não pela mídia.

Um último questionamento. Nós temos dezenas de policiais militares hoje, afastados das funções operacionais, devido envolvimento com ocorrências de morte, ocorrências legítimas, ocorrências pontuais. Mas os policiais militares têm sido, entre aspas, punidos e retirados da rua. Até pela falta de efetivo, nós temos notado que é uma ação muito prejudicial a sociedade. O crime é violento, tem agido com violência, mas parece que quando a polícia reage a altura o policial é punido. Parece que o policial, que está agindo dentro da lei, está sendo proibido de trabalhar. Com essa grande falta de efetivo, principalmente da Rota, nós temos dezenas de policiais fora do patrulhamento e em toda a área da Polícia Militar são centenas de policiais. Gostaria de saber o porquê desses afastamentos e se há previsão de recolocá-los na rua. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Registro a presença do deputado Marcos Martins.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço as questões feitas pelo Coronel Telhada. Começo pela questão do pancadão. Ele é um problema, uma manifestação, que

não é só de segurança pública, não é um caso só de polícia. Há pancadões que são casos de polícia. Mas há pancadões que não são casos de polícia. Uma manifestação cultural, social, gostemos ou não da música que se toca no pancadão ou da dança que se faz, mas é uma manifestação cultural. Qual é a atuação da Secretaria da Segurança Pública em relação a isso? A lei que foi aprovada pela Assembleia Legislativa, o Projeto de lei 455, de 2015, é muito importante porque vem ao encontro dessa atuação, vai permitir uma efetividade até maior da nossa atuação.

A primeira grande importância nessa atuação é separar o joio do trigo. Ao separar o que é pancadão ou baile funk ou outro nome que se queira dar, como manifestação cultural e o que claramente nós percebemos que é uma cortina de fumaça para práticas criminosas. Esse é um primeiro momento. Para isso, nós, desde o início do ano, tivemos várias reuniões com a prefeitura municipal aqui de São Paulo e com outras prefeituras, para estabelecer um modelo. O mesmo modelo que nós adotamos, por iniciativa do Governo do Estado, para evitar que continuasse a baderna no carnaval na Vila Madalena.

Esse ano, todos devem se recordar, a prefeitura autorizou que houvesse desfile de blocos na Vila Madalena. Mas não previu o número de pessoas que lá iriam. Não previu que a uma hora, quando se desligasse, acabasse, alguém iria ligar aqueles carros com som e continuar. Nós tivemos dois dias de problema. No terceiro a polícia interveio. Nós teríamos no outro sábado o desfile de despedida. Qual foi a nossa iniciativa? Eu chamei CET subprefeitura, secretarias que atuavam nisso, para que fizéssemos um modelo lá. O local seria delimitado da mesma forma que se faz no sambódromo que se faz em Interlagos quando ocorre a corrida, peguei a experiência de quando atuei na Secretaria de Transporte e de serviço do município, para levar para essa questão da Vila Madalena.

Nós fizemos um cerco com três entradas e três saídas, nenhum carro poderia ficar dentro, salvo dos moradores que teriam que comprovar com uma conta de luz para entrar. Por que nenhum carro? Para evitar que quando acabasse a festa, alguém ligasse aquele som altíssimo e continuasse. Nenhum vendedor não cadastrado poderia ingressar e quando chegasse a um número, que foi estipulado em torno de 15 mil pessoas, não entraria mais ninguém, mesmo sendo festa a céu aberto. Festa ao céu aberto não é bagunça. Em uma sociedade moderna, e em um município como São Paulo, ninguém pode querer fazer o que bem entende, na hora que entende, prejudicando os outros. Tem que ter regras. Fizemos dessa forma e não deu nenhum problema.

Oferecemos a prefeitura, e ainda estamos em negociação, para replicar isso nos pancadões. Chegamos a fazer várias reuniões com o antigo secretário da igualdade racial, o Toninho, enquanto era secretário. Mapeamos, e ele que tem uma belíssima interlocução com esses movimentos sociais, trouxe vários movimentos sociais. Pegamos nas áreas de São Paulo, repartimos São Paulo em seis áreas. Em cada grande área estipulamos em torno de dez locais onde poderia ocorrer pancadões e haveria um rodízio para que os vizinhos também não fossem prejudicados toda a sexta, todo o sábado, de maneira que no máximo duas vezes no ano poderia ser no mesmo local. Seria da mesma forma, um local a céu aberto, com entrada, saída, controle de bebidas, assim você controla a entrada de drogas também, de menores de idade, que é um grande problema nos pancadões.

No momento de implantação de sequência, acabou sendo trocado o secretário e ele voltou agora, tem um mês e meio, em uma assessoria e nós voltamos a isso porque precisamos dos municípios com poder de polícia. Agora, com a legislação estadual nós vamos avançar, por isso disse que isso se tornaria mais efetivo. Óbvio que, independentemente de termos conseguido o modelo ideal, nós intensificamos a investigação naqueles pancadões que nós sabemos que são uma cortina de fumaça para prática de atividades criminosas. Várias vezes, a Secretaria da Segurança Pública acaba sendo criticada porque chega em um determinado pancadão, há reação e precisa usar bomba de gás, o elastômero, a bala de borracha. Esses pancadões, são aqueles que identificamos que chamam as pessoas, deixam tudo de graça para venda de drogas, para praticar sexo com menores de idade. Obviamente nesses a Secretaria da Segurança Pública vem atuando.

Uma normatização nos moldes que já temos pronta, como eu disse deputado, separa o joio de trigo. Se não está naquele local, previamente autorizado pela prefeitura, pela secretaria da segurança, não pode nem começar o pancadão. Há necessidade de ordem. Ninguém quer reprimir manifestações sociais de funk, de pancadão, mas tem que respeitar. Se alguém quiser ouvir ópera, não pode ouvir no último volume durante toda a madrugada em um condomínio. Da mesma forma, se alguém quer um baile pancadão, tem que ter regras. Uma cidade com regras todos nós convivemos muito melhor.

A questão do efetivo, diria que hoje ele vem sendo completado. Como eu disse, até o final do ano que vem, meados de 2017, estaremos com o efetivo completo. Foram 2.614 formandos em maio, 2.815 na quarta-feira passada. Vossa excelência esteve,

inclusive, presente na belíssima festa de formatura, mais de 15 mil pessoas na quarta-feira passada no sambódromo. Três mil em março e já temos dois concursos de dois mil e dois mil. O efetivo desse ano, em relação aos anos passados já é maior, não só pelo ingresso desses novos quase cinco mil e quinhentos novos soldados, mas também pela utilização da Dejem e da operação delegado.

Nós temos, só de Dejem 3.800 novos policiais ou novas vagas, por dia. Somando isso a operação delegada, nós chegamos a quase cinco mil novos policiais. O efetivo está ampliando. Obviamente, dos 645 municípios, todos os prefeitos que eu recebo e todos os deputados, alguns pedidos tem uma variação, mas um pedido é igual, todos gostariam mais de efetivos. Sempre se quer mais efetivos. Estamos completando o efetivo. Ao realizar a Dejem nós vamos analisar se há necessidade de mudar o efetivo fixado, não o existente. Primeiro, nós precisamos chegar ao efetivo existente, o existente precisa chegar ao efetivo fixado e vamos calcular com a Dejem. Fizemos uma nova Dejem com o Tribunal de Justiça, outra com a Fundação Casa, então com isso nós colocamos mais policiais na rua.

Não só a Rota, mas a Polícia Militar, continua atuando normalmente em apreensões. Se verificarmos, nós tivemos duas grandes apreensões feitas pela Polícia Militar, uma pela Força Tática e outra pelo TOR. Um de 6,5 toneladas de maconha e outra de 12 toneladas de maconha. Fruto de um trabalho conjunto, Ministério Público, Gaeco, Secretaria, Polícia Militar. O que foi alterado, e talvez isso tenha diminuído nessas operações específicas a participação da Rota, é que foi descentralizado. Não é só mais a Rota que faz, até porque a Rota fica destinada a outras missões. Obviamente, é importantíssima a expertise, não só da Rota, como das outras forças da Polícia Militar. O combate à criminalidade organizada esse ano, 2015, tem sido feito com absoluta eficácia. Nós já conseguimos nesse ano, sem contar o mês de outubro, apreender três vezes mais droga do que os 12 meses do ano passado.

O deputado Coronel Telhada sabe que se asfixia o crime organizado tirando dinheiro. Você tira o dinheiro apreendendo drogas. Nós optamos pelas grandes operações, pelas grandes apreensões. Não adianta nada, ou adianta muito pouco fixar só na biqueira, você faz 100, 200, 300 flagrantes por dia e não vai somar um quilo. Estamos indo pegar apreensões de dez, 13, 14 toneladas de maconha, duas toneladas de cocaína e mais do que isso. Nós prendemos as 14 sintonias financeiras da criminalidade organizada que, uma vez por mês se reúnem, cada vez em um local. Estávamos investigando, dos 14, tínhamos prendido 11 em uma operação próximo de Sorocaba.

Três tinha fugido. Com o auxílio, inclusive, da Polícia Militar, na região de Bauru, um foi preso e um foi morto porque reagiu à prisão e morreu no tiroteio. Faltava um, o Chacal, que foi preso semana passada. Hoje, as 14 sintonias financeiras do crime organizado estão presos. Isso é um golpe muito grande, até porque na primeira prisão dos 11, nós apreendemos laptops, celulares, folhas com contabilidade, estamos cruzando esses dados para asfixiar de maneira financeira também essa criminalidade.

A questão dos afastamentos, não há penalidade para policial, seja civil, militar, que atue dentro da legalidade. Repito, e é sempre isso, a polícia tem que atuar com firmeza, com força, mas sempre na legalidade, na estrita legalidade. Toda a vez que a polícia atua na estrita legalidade, a sociedade aplaude. Autodefesa da própria polícia e do policial é atuação dentro da legalidade. Dentro da legalidade há algumas normas, esse ano implantei duas normas protetivas do próprio policial de reciclagem a resolução 40 é uma delas. E a outra, policiais que haviam nos últimos cinco anos participado de três eventos letalidade, não necessariamente o policial tendo praticado a letalidade, mas participado sua guarnição da letalidade, esse policial, para fins de reciclagem do próprio policial, não seria afastado, ele passa por um nível de combate, vamos dizer assim, mais efetivo abaixo. O policial que está na Rota, que se enquadrou nesse critério e objetivo, passaria por uma reciclagem em um abaixo a Força Tática. A Força Tática para a Radio Patrulha. A Rádio Patrulha para o serviço administrativo a fim de se reciclar para que ele possa depois voltar normalmente. Não há punição. Acho que foram todas.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Muito obrigado. Vamos dar prosseguimento, agora o deputado Gil Lancaster tem a palavra.

O SR. GIL LANCASTER - DEM - Boa tarde, secretário. Boa tarde, colegas deputados. Para ganhar tempo, o senhor fez uma bela explanação com grandes avanços na segurança pública do nosso Estado. Falou sobre o índice de 8,68 a cada 100 mil habitantes na questão de homicídios, que é o melhor do Brasil. Eu percebi que o governo, e a Secretaria da Segurança sabe muito o que fazer, mas algumas coisas o senhor falou que estão em andamento, mas o senhor não deu prazo para que essas coisas que são anseios da sociedade, possam vir à tona a nossa sociedade como resposta.

Por exemplo, o senhor falou sobre a progressão de penas de assassinos que assassinam os nossos filhos, nossos familiares e tem uma pena de cinco anos, como o senhor bem disse, quatro meses e um mês e nove meses são soltos. Se bobear estão

assassinando novamente. O que nós podemos fazer para pressionar as ações na câmara federal, para que elas saiam do papel e sejam efetivadas?

O senhor também falou sobre presos trabalharem. Nós da Comissão de Segurança somos muito questionados na rua, não sei se só eu, mas pelo menos eu sou muito questionando na rua pela sociedade. Eles dizem eu na questão prisional, falam até com tom de brincadeira, que é uma questão de colônia de férias, clube de vantagens e falam outras brincadeiras como várias vantagens que os presos têm. Minha pergunta é: o que pode ser feito no Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, para acelerar essas ações, anseios da população? Repito isso.

Outro tópico que o senhor não falou, que sou muito questionado, são as saidinhas dos presos. A saidinha de natal, da páscoa, de festa junina daqui a pouco vai ter, saidinha do aniversário do preso, de festa daquilo e daquilo e dessas saidinhas, sabemos que muitos não voltam e voltam para o mundo do crime. O que a Secretaria de Segurança Pública tem feito para que a sociedade saiba e deixe de nos perguntar diariamente essas questões? Progressão de pena, que é uma injustiça um assassino ser condenado cinco anos e ficar preso nove meses. O que podemos acelerar para que possamos dar uma resposta a sociedade?

A questão de os presos realmente trabalharem como toda a sociedade trabalha, até para que possa pagar e custear sua estadia na cadeia. E a questão das saidinhas dos presos.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço suas questões, deputado Gil Lancaster. São três questões importantíssimas. Duas, sem dúvidas, e uma podemos forçar um pouquinho, mas são questões, infelizmente, de competência federal. A questão da progressão das penas, o que eu pediria auxílio aqui a cada um dos deputados, e principalmente pela importância da Assembleia Legislativa de São Paulo, é que agora tem o seu presidente, o deputado Fernando Capez, como presidente também da Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Já houve reunião com o ministro da Justiça, o José Eduardo Cardozo, é pressionar para que deleguem isso, para que possamos, no estado de São Paulo e cada estado que quiser, nós possamos legislar sobre essa questão a progressão e penas. É muito importante que o Congresso Nacional sinta a pressão das Assembleias Legislativas, elas querem mudar isso, querem legislar. Seria um apoio importantíssimo das Assembleias Legislativas aos secretários de

segurança. Eu levei essa proposta ao colegiado e todos os secretários da segurança pública que encamparam e também estão pleiteando. Isso seria muito importante.

A questão da saidinha, a autorização de saída pela lei de execuções penais, também é a autorização, assim como o induto, do governo federal, que prevê as hipóteses, é uma autorização administrativa, dia dos pais, dia das mães, páscoa. Da nossa parte, o que a Secretaria da Segurança faz, é nos casos que nós sabemos que pode ter mais riscos o monitoramento, o fazemos junto com a SAP principalmente para evitar o leva e traz, para evitar a troca de informações. Também, uma pressão no governo federal, porque isso é um único caso bem esporádico, mas que mostra que às vezes não há muito critério nisso. Houve um preso, isso ficou anedotário da justiça, que foi beneficiado com a saída do dia das mães, mas ele estava preso por homicídio contra a mãe, ele matou a mãe. Ele foi beneficiado pela saidinha do dia das mães. É um caso esporádico, obviamente. O que nós fazemos é esse monitoramento.

Volta aquela questão inicial que eu disse. Como no Brasil, toda a legislação, nesse sentido, é arcaica, prende muito quantitativamente e não qualitativamente, como trata todos iguais, quem praticou crime leve ou grave, depois fica com pena de quem praticou crime leve e está preso. Ao conceder os benefícios, acaba concedendo para todo mundo. É aquilo, prende muito e prende mal, quando solta também solta mal. Por isso a necessidade de alterar.

Em relação ao trabalho, em breve, tomarei liberdade de vir a esta Casa com o presidente e o Colégio de Líderes para apresentar uma proposta de regulamentação do trabalho em nível estadual. Mesmo havendo previsão na lei de execuções penais, há possibilidade, nesse caso, tratando isso como direito penitenciário, uma legislação concorrente ao artigo 24, então acho que vale a pena nós ousarmos. Já fiz três reuniões com o Dr. Ulisses, que é o juiz coordenador do Decrim, Departamento de Execuções Criminais para que possamos apresentar algo que imediatamente possa ser aplicado. Para também não apresentar algo só por apresentar. O Dr. Ulisses esteve comigo semana passada novamente, ele é meu amigo de longa data, trabalhamos juntos, eu como promotor e ele como juiz. Antes de apresentar formalmente, quero trazer para conversar com os deputados para que possamos dar um avanço muito grande nessa área.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra o deputado Luiz Fernando Machado. Então o Luiz Fernando. Pela chegada que estão chamando.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Cumprimento o Sr. Presidente, Delegado Olim. Cumprimento todos os membros da Comissão, os nobres deputados. Cumprimento os deputados que estão no plenário. Cumprimento todos os policiais civis, fazia tempo que eu não via tantos policiais civis aqui. Cumprimento todos os seguranças do secretário, grande número de seguranças também. Cumprimento os policiais militares, a imprensa e todos os ouvintes, telespectadores da TV Assembleia.

Secretário, lhe confesso, me apresento, eu fui um daqueles deputados que o senhor não recebeu depois de termos agendado na bancada do PT, tivemos na sua secretaria. Embora o senhor tivesse dado uma outra versão, mas realmente, quando o senhor fala do respeito dessa Casa, a Casa se respeita pelos membros e vários deputados com mandato, com número enorme de votos, tiveram agendados com o senhor, e sou um daqueles que não foi atendido pelo senhor.

Digo, secretário, que vivo em um mundo totalmente diferente do seu. Vivo no maior estado desse País, mas com um número muito grande de homicídios, latrocínios, roubos, furtos. Presumo, creio, que nunca o tráfico de drogas esteve tão forte no Estado como hoje está. O crime organizado controla a periferia de todas as grandes cidades e as pequenas cidades no nosso Estado e estamos vendo belos números. Números que têm sido extremamente maquiados no dia-a-dia. Nunca se matou tanto, a Polícia Militar, a Polícia Civil. O índice de letalidade. Sou cristão e zelo, prezo pela vida, defendo a vida sob qualquer coisa e desde a época da repressão nós não tínhamos uma polícia matando tanto quanto vem matando hoje. Está instituída a pena de morte. Eu não generalizo, porque se tem excelentes policiais civis, excelentes policiais militares, mas a falta de comando, de controle, mostra uma polícia matando, definindo quem deve viver e quem deve morrer.

Se o senhor me permite, tinha várias questões para fazer na época que o senhor não se dignou a nos receber e queria fazê-las agora. Um dos assuntos que quero tratar com o senhor, secretário, é a questão da letalidade policial. Venho acompanhando, há poucos dias a “Folha” até retratou um pouco uma fala minha que dizia que os números podem ser manipulados, mas eu quero ver esconder os corpos. Essa questão me complica, me incomoda, sobremaneira. Tenho visto, secretário, o senhor é extremamente habilidoso com números, desde que era secretário de transportes da Capital, do governo Kassab, eu o acompanho e vejo sua facilidade de trabalhar dados e números. Uma questão a respeito da letalidade, porque, além de eu estar trabalhando muito esse tema e tem um extenso requerimento que estou fazendo à Secretaria, pedindo

documentos, pedindo dados, porque acho que não podemos aceitar isso. Tinham algumas questões que se resumem ao mesmo tema.

Em um pronunciamento oficial no dia 26 de outubro, o senhor disse que estava fazendo uma mudança metodologia nos dados sobre letalidade policial em nome da transparência. O senhor iria divulgar casos que não eram contados antes. Até por isso os dados anteriormente não poderiam ser comparados. São várias as frases, eu as separei aqui, tenho inclusive o áudio dessas frases. Te faço a seguinte pergunta: nesse momento o senhor dizia a verdade, estava fazendo esses dados, essas alterações? Houve ou não houve alteração metodológica? Lhe confesso que já ouvi o senhor dizer que houve e já o ouvi defendendo uma outra linha, dizendo que não tinha havido alteração metodológica.

Antes dessa mudança que o senhor disse que iria promover e lerei uma frase, por exemplo, zero, zero, zero na linha morte decorrente de intervenção policial fora de serviço. Era essa uma metodologia do ano passado, ano retrasado, ano anterior. O Zero, quando deixou de ser para acostar, aí a mudança de metodologia para total transparência e melhor controle... A minha grande questão é o seguinte: antes dessa mudança, como eram contabilizadas as mortes de policiais militares de folga, denominados homicídios dolosos? Reação? Era nos homicídios dolosos ou na letalidade policial? Onde eram contabilizados?

Pergunto também porque esses balanços trimestrais publicados pela Secretaria parecem zerados por quase dez anos? Como o senhor mesmo disse, zero, zero, zero na linha morte decorrente de intervenção policial fora de serviço. Nessa linha, me faz fazer mais uma pergunta. Os governos anteriores ao senhor, os secretários anteriores, esconderam a verdade da sociedade, que o mundo de mortos praticados pela PM era menor? Implantou isso justamente em 2006, anos de ataque no PCC.

O campo homicídio doloso foi implantado segundo qual legislação? Até porque a 516 não tem essa tabela.

Resta outras duas perguntas: a Polícia Militar poderia fazer essa mudança por iniciativa própria? E sairá alguma publicação retificando o diário oficial? Sobre letalidades são essas as questões que eu queria estar lhe colocando.

Dois outros assuntos ainda me fazem dirigir a palavra ao senhor. Um é a respeito da reintegração de posse. Diariamente temos acompanhado a Polícia Militar cumprindo decisão judicial, em caso de não cumprimento voluntário por parte das famílias. Movimento sociais, advogados, defensoria pública, entidades de direitos humanos têm denunciado e reclamado da violência policial em várias das reintegrações de posse em

nosso Estado. São muito fortes e causam indignação as cenas de violência que se repete quase que diariamente contra aquelas famílias totalmente desarmadas de qualquer dignidade, inclusive. Essa é uma questão social e não policial.

Tenho algumas questões para colocar ao senhor, a respeito desse termo. O senhor pode nos informar a quantidade de pedidos de reintegração de posse que chegam a essa Secretaria, por semana ou mensalmente? Se o senhor não tiver, se pudesse depois nos trazer. Quero saber qual a porcentagem de policiais envolvidos nessas reintegrações. E se esses mesmos policiais não fazem falta por desenvolvimento da atividade típica da Polícia Militar que é policiar nossas ruas. Quais as medidas que a Secretaria de Segurança tem tomado no sentido de evitar a violência nessas ações?

Por último, apresento essa mesma demanda, 40% dos cargos de perito criminal estão vagos. Vemos a imprensa noticiando e nós temos aqui que a perícia policial de São Paulo tem déficit de 40% no quadro de funcionários. Nós temos concursos e isso não há a nomeação. Da mesma forma, estive em Jandira debatendo o tema insegurança pública. Jandira estava sem delegado, uma das cidades mais violentas do estado de São Paulo sem delegado de polícia. Delegado de Itapevi vinha cobrir Jandira. Nós vemos que existe um concurso, e o senhor mesmo disse, com o advento dessa lei que reduziu para 65 anos, muitas pessoas se aposentaram, mais de 100 delegados foram aposentados compulsoriamente. Nós temos um concurso em andamento, um concurso já realizado, e ainda nos restam 200 cargos vagos de delegado da polícia da terceira classe. A minha preocupação, nobre secretário, é se essas pessoas que passaram no concurso de delegado, no concurso DP1 de 2013 para provimento de cargos iniciais vagos, delegado de polícia do estado de São Paulo, se eles serão chamados. Ou se vamos continuar, apesar de não ter peritos criminais, não terem delegados, não termos peritos em todas as áreas, mas eu vejo o senhor dizer que o Estado é extremamente seguro. Gostaria de ouvir sua resposta a respeito dessa temática que eu trago agora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra o secretário de Segurança Pública, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Em primeiro lugar, a questão da letalidade, V. Exa. repete as mesmas perguntas sem nenhum vírgula e sem tirar nenhum ponto de indagações que foram mandadas por um repórter da “Folha de S. Paulo” ao

gabinete. Vossa Excelência deveria ter continuado, lido a “Folha”, mais alguns dias, para verificar que a “Folha de S. Paulo”, depois ela mesma pediu desculpas na primeira página e o ombudsman exatamente disse que não só a “Folha” errou ao afirmar que havia maquiagem nos números. Vossa Excelência fala que os números são maquiados, aproveitando-se de sua imunidade material parlamentar. Se não tivesse, seria processado por falar tamanha asneira. Agora, Vossa Excelência...

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Acho que o senhor tem que me respeitar, secretário.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Posso?

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Deve respeitar. O senhor deve me respeitar.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Vossa Excelência não me respeitou.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - O senhor está na Secretaria, eu sou deputado.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Vossa Excelência não me respeitou.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - O senhor me respeite. O senhor retire essa asneira que acabou de dizer.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Não retiro.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - O senhor vem enganando o povo do Estado...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado, vamos deixar o secretário responder, depois o senhor fala. O senhor tem a tréplica.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Ele precisa me respeitar

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Seu secretário, por gentileza.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - É um arrogante e prepotente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado, deixe o secretário responder. Por gentileza, secretário, continue.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Como vinha dizendo, a “Folha de S. Paulo” não só se retratou, como o ombudsman disse que não se retratou como deveria, deveria ter colocado na primeira página. A questão da letalidade está totalmente informada, basta entrar no site. Mortes, ilegítimas praticada por policiais em serviço ou fora de serviço, são homicídios. Mortes legítimas, e não sou eu que classifica morte de legítima, é o escritório de combate a drogas e crimes da ONU. Mortes legítimas onde há uma excludente de ilicitude, são classificadas como letalidade e assim são classificadas mensalmente desde 2001, todo o mês publicada no “Diário Oficial”. Basta verificar o “Diário Oficial” que a publicação oficial é do Estado.

A questão da reintegração de posse, é muito importante colocar que a polícia não tem opção em realizar ou não, em decidir ou não a reintegração de posse. Quando a reintegração de posse é determinada pelo juiz e o juiz determina que a polícia auxilie, compareça com o oficial de justiça, ela é obrigada a comparecer, é obrigada a realizar a reintegração de posse. Nós realizamos a reintegração de posse, a Polícia Militar realizou centenas de reintegrações de posse esse ano. A Polícia Militar realizou uma reintegração de posse de 12 mil pessoas no Rodoanel, sem nenhum ferimento. Se houver uma imputação específica, se houver específico uma imputação de arbitrariedade, de violência, será apurada.

Agora, simplesmente um discurso que há problemas, realmente não é possível apurar. Nós tivemos, recentemente, com a deputada Marcia Lia no gabinete e com vários movimentos sociais ligados a reintegração de posse exatamente para aperfeiçoar esse mecanismo anterior de comunicação, Secretaria, movimentos sociais e posterior para que, se houver qualquer arbitrariedade, imediatamente seja comunicado. Agora, decidir se podemos ou não realizar a reintegração de posse, isso não é uma opção da secretaria, porque é uma determinação judicial e nós temos que cumprir.

Em relação aos concursos, como disse anteriormente, reafirmo agora, há uma lei que se chama Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela foi aprovada no governo do Fernando Henrique é que conseguiu colocar o País em níveis de primeiro mundo, nos termos

econômicos e de inflação. No estado de São Paulo ela é absolutamente cumprida, é absolutamente observada sem que o estado precise fazer qualquer mecanismo para tentar burlar a lei. A lei é estabelecida. Assim que a lei permitir sairmos do limite prudencial aos concursos da área da segurança pública serão nomeados e empossados porque foi determinação no início do ano e é determinação do governador Geraldo Alckmin, que nós completamos o efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Técnico Científica.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Tem questão que o secretário não respondeu.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Qual o deputado gostaria de ouvir mais? Qual seria? O senhor fez um monte de perguntas, tem umas que eu não entendi bem.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Rapidamente, porque tem mais pessoas para perguntar, mais deputados aguardando.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Tem uma questão de ordem. A reintegração de posse.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ele falou da reintegração de posse.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pois não, pode falar.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - O deputado Cezinha de Madureira me trouxe um dado, ele é da base de apoio do governo, é ligado à igreja Assembleia de Deus. O Madureira me passa uma informação dizendo que ontem, mesmo tendo uma agenda definida desde oito de outubro, ele também foi ontem na Secretaria e não foi atendido. Para finalizar, digo o seguinte, vejo uma matéria que 60% dos paulistanos têm medo da PM. Digo que irei fazer um boletim de ocorrência preventivo que passei a ter medo do secretário. Vou me ausentar da reunião.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado, o senhor não quer ficar até o final? Não há motivos para isso, por gentileza. O senhor faz parte e é membro dessa Comissão.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Vou a delegacia de polícia.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Nós temos uma delegacia aqui. Deputado, o senhor tem o direito. Nós temos depois as nossas prerrogativas. Por gentileza, fique e aguarde. Secretário, o senhor já respondeu sobre, a integração. A outra pergunta, sobre o Cezinha de Madureira, o nosso deputado, amigo, será que não chegou ao seu conhecimento? Faça o favor.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Ontem, pedi para informar o deputado Cezinha, exatamente na hora que havia marcado com ele, o governador convocou uma reunião junto com o secretário da Educação, com o secretário do Governo, com o procurador geral do Estado e, obviamente, a convocação do governador, não poderia deixar de pedir que fosse recebido pelo secretário adjunto e já disse que remarcarei. Eu recebo deputados todas as segundas, todas as terças, sem nenhum problema. Não só respeito essa casa, como tenho admiração pela maioria dos deputados.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Está respondido. Por gentileza, palavra para o deputado Jooji Hato. Vamos dar uma acelerada.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Meus cumprimentos ao secretário Alexandre de Moraes, à toda a equipe. Meus caros colegas. Minha pergunta é em termos de uma segurança preventiva. Espero que Deus nos ajude para que possamos buscar segurança, qualidade de vida, essa é a nossa função. Que a gente saia daqui com novas propostas, com propostas que possam ajudar a população que aí está a mercê da violência, desse quadro que é muito ruim para todos nós.

Seu secretário, o deputado Orlando Morando falou há pouco em relação aos cargos de perito criminal. Este é um setor extremamente importante. É um número de funcionário muito pequeno, dois mil funcionários no estado de São Paulo inteiro. Temos 645 cidades. Teríamos que ter, na verdade, secretário, em torno de 727 médicos legistas e nós não temos, só trabalham 457 médicos legista no estado de São Paulo, que

compõe, repito, 645 cidades. Os peritos, teríamos que ter 1.730, secretário, e temos só 1.030 peritos trabalhando no Estado. Estou esperando a nomeação, dos médicos legistas 140, 447 peritos criminais. Como o senhor respondeu ao deputado Orlando Morando, sei que mesmo que admitam esses concursados que já passaram, estão aguardando vaga, o número é muito pequeno. Para ter ideia, um médico legista tem que atende 300 casos em um dia. É a conta que se faz.

Há uma defasagem nessa categoria, em 15 anos, em mais de 40% de defasagem salarial. Esse ano nós temos 10% de inflação, já está perdendo 10% dos funcionários. Em cinco anos, secretário, chega a quase 20%. Queria que o senhor pudesse olhar com carinho essa categoria. Sou médico, mas não sou médico legista, estou advogando em causa própria. Digo ao senhor, secretário, esses são os trabalhadores que tem uma imagem muito boa para o governo, se eles não trabalharem, e é um serviço essencial, vai dar muito problema em termo de imagem de governo. Estive hoje com o secretário da Administração reivindicando a mesma coisa. Seu secretário, queria esse carinho especial aos médicos legistas, aos peritos criminais.

A segunda pergunta é em relação a blitz com desarmamento, é algo que sempre falo na Tribuna, estou falando isso há 33 anos como vereador e a como deputado. Blitz com desarmamento agora nós temos a Lei Seca, fui autor da Lei Seca e fechamento do bar chamada Lei do Silêncio. A polícia faz a blitz com bafômetro, mas ela não fiscaliza se tem uma arma ou não. Quando o senhor diz que um dos maiores portos do mundo, que é Santos, tem duas lanchas para fiscalizar, nós chegamos nas fronteiras internacionais, Brasil-Paraguai, por exemplo, não é nem porteira, lá é peneira, passa tudo lá. Passa droga, 5.0 que derruba avião, helicóptero, como o senhor disse. Gostaria de reivindicar, senhor secretário, se as fronteiras não são fiscalizadas. Os aeroportos e portos também não são. Estamos lascados, para não dizer outra palavra. Secretário, gostaria de dizer ao senhor que talvez o senhor possa fazer blitz nas estradas. Nós sabemos de onde vem as armas, as drogas, é só cercar Castelo Branco, na altura do Iasis, Ourinhos. Fiscaliza a Anchieta, antes de ter a bifurcação para Imigrantes. Blitz toda hora, droga, armas, numeração raspada, até, em pontos estratégicos na cidade de São Paulo.

A terceira e última. Falo de uma lei que eu aprovei e foi vetada: a moto sem garupa. Essa lei, secretário, é aplicada em Cali, Medellín e Bogotá para combater o narcotráfico. México está utilizando para combater os acidentes, porque lá tem trânsito caótico como São Paulo, aqui morrem três por dia. Teve um acidente em Bertioga, o

senhor está sabendo, um indivíduo alcoolizado, com uma A3, atropelou um casal e morreram três. Por que morreram três? Era o piloto, a garupa que uma moça de 19 anos que estava grávida. Morreram três. Não sei o que o senhor pensa em relação a moto sem garupa, mas tem países como Espanha, Itália, Kosovo, esse projeto para combater a máfia. O Japão não tem lei que proíbe andar de moto, mas lá ninguém anda na garupa da moto. Quando alguém sobe na garupa da moto, aumenta a instabilidade em 70%. É uma luta, secretário. Diz que é até inconstitucional, não é verdade. Toda a lei local, se for mais restritiva, prevalece a lei municipal sobre a estadual e a estadual sobre a federal.

A moto sem garupa é muito eficiente porque os marginais fazem mal utilização de um veículo tão rápido. Usam capacete que tem insulfilm no visor, ou espelhado. A polícia não consegue identificar, é muito rápido, a polícia não pega. Difícil, seu secretário. Esses bandidos, esses malandros, matam PMs, policiais civis, assaltam saída de banco, pessoas da melhor idade. Termina a minha fala dizendo que assaltam a melhor idade na saída de bancos, ou na porta das casas, nos cruzamentos. 62% de saída de banca é realizado por garupa de moto. Nós tivemos o filho do governador, Thomas, assaltado em plena luz do dia, na Marginal Pinheiros por garupa de moto. Infelizmente foi vetado pelo Executivo, poderia estar salvando muitas vidas. Eu espero que o senhor nos ajude a derrubar esse veto nessa Casa e transformar em lei, para que possamos trazer um pouco de segurança, qualidade de vida e respeito. Principalmente o bem maior, repito, que é a vida. Muito obrigado, secretário.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra, secretário. Registro a presença do Dr. João Dárcio, secretário de segurança pública do município de Guarulhos.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço as questões do deputado Jooji Hato. Começo pela segunda, que nos persegue. Essa questão da garupa de motocicleta, eu brinco que nos persegue, porque quando eu fui secretário de Transportes, o deputado Jooji Hato já defendia essa ideia. Essa ideia tem os prós e contras, e eu explico porque essa questão. Foi adotado em um determinado momento para o combate ao cartel de Medellín, na época do Pablo Escobar, porque entre outros, o ministro da Justiça foi assassinado. Na época poucos carros eram blindados, não tinha essa difusão de carros blindados. Apesar de ter de escoltar e percursor, eles começaram a utilizar isso de

motocicleta, garupa e morte. Uma lei restritiva nesse sentido, teria reflexos importantes na questão da segurança? Sim. Eu nunca neguei isso ao deputado mesmo quando eu não era secretário da Segurança, mesmo quando conversávamos em relação a Secretaria de Transportes.

Nós realizamos todos os dias a operação Cavalo de Aço. Logo pela manhã, a partir das 5 horas da manhã, realizamos essa operação quando as motocicletas estão saindo para pegar, mesmo que seja administrativamente, porque sabemos que elas são muito utilizadas para prática de crimes. Tanto que também estamos investindo em motocicletas.

Ontem o governador Geraldo Alckmin entregou 284 motocicletas para a Capital e 20 para Campinas. Já autorizei, vamos licitar a compra de mais 500 motocicletas para a Capital, para realizar esse policiamento para combater uma realidade que, infelizmente, é uma realidade brasileira que é a possibilidade de motocicletas transitarem pelo corredor entre carros. Até 1998 não era permitido. Dois carros parados, a motocicleta não poderia andar entre os carros, senão seria multada. Era até contraversão penal. Já cheguei como estagiário do Ministério Público, como promotor, várias vezes a denunciar por contraversão penal de direção perigosa. O modelo do Ministério Público era: transitar no corredor entre carros. O Código de Trânsito Brasileiro veio e passou a autorizar. As motocicletas ficam costurando. Obviamente, quando tem duas pessoas e ao lado, sempre há um receio. Tanto que o que eu disse na minha exposição inicial, dos três vídeos analíticos que já implantamos, um deles é exatamente motocicleta parada entre carros no congestionamento. A motocicleta, já que pode transitar no corredor de veículos, não tem porque ficar parado. Se ficar parada, a câmera pega e dá o alerta, porque há esse receio. Não tenho nenhuma dúvida que teria reflexos importantes para a segurança.

Agora, também tem o outro lado. Da questão de você acabar prejudicando várias pessoas honestas que tem na motocicleta o seu meio de locomoção. Várias famílias que tem na motocicleta o meio de locomoção do marido e da mulher. Em virtude dos criminosos. É algo a se balancear. Se todos podem ser prejudicados em virtude dessa situação. O que nós fazemos, o que estamos ampliando, para evitar que a maioria sofra restrições pela minoria, é ampliar a operação Cavalo de Aço, a fiscalização de motocicletas e ampliar as nossas motocicletas nas ruas porque fica mais difícil a atuação desses criminosos.

Em relação a blitz, esse ano o número de blitz e o número de apreensões é bem maior do que o ano passado. Nós mudamos o tipo de blitz, mudamos a espécie de blitz. Mudamos porque hoje tem um dispositivo que é o Waze. Se nós montamos uma grande blitz, o terceiro carro que para joga no Waze e todos ficam sabendo. Nós montamos várias pequenas e vamos mudando de local. Aquelas grandes blitz são até bonitas de se fazer. Pega a Faria Lima, faz uma blitz gigante, depois de cinco minutos você não pega ninguém, porque todos estão avisados. Nós tivemos que nos adaptar. Nós realizamos não só o bafômetro, o policial suspeitando de arma faz a revista. Essa ideia de intensificar é sempre importante.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Rapidamente, o deputado Celso Nascimento tem a última pergunta porque já começou o Plenário. Agora só quem é do membro. Pela ordem. Se a ordem do dia já começou eu vou parar. Se não dou a palavra para a deputada da Marcia Lia que ela chegou primeiro. Se quiser, lhe perguntei, disse que não ia perguntar. Tem o Cezinha.

O SR. - Estão confirmando lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Celso, pode fazer sua pergunta. Rapidamente, se der tempo os outros também podem fazer. Deputado Rillo, foi perguntado para o senhor antes, lhe perguntei. O senhor falou que não que ia perguntar. Se der tempo vai entrar. A deputada Marcia Lia falou antes.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Serei objetivo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Vai começar a ordem do dia e temos que acabar. Pode começar. Vamos ver se dá tempo de todos, meio rápido, todos fazem a pergunta e acaba rapidamente. Faz o favor.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Senhor secretário, apenas para saber se a policiamento na USP está funcionando, o que é realmente uma grande preocupação do senhor para aquele local, sabendo que lá necessita e foi um avanço muito grande esse pensamento do policiamento especial para a USP. E também na questão do policiamento para a Fundação Casa, principalmente no interior se está funcionando.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço as questões feitas pelo deputado. O policiamento na USP, na cidade universitária, foi implantado desde o começo do ano. Na primeira semana do ano, eu me reuni com o reitor, o professor Zago, para que nós pudéssemos fazer um planejamento conjunto. Foi acompanhado durante todo o primeiro semestre pela Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo, sob a presidência do nosso ex ministro da Justiça, Dr. José Gregori e instalamos o policiamento. Estamos aprimorando o policiamento. Os índices já estavam caindo na cidade universitária no primeiro semestre, continuam caindo.

Tenho uma visita semana que vem com o professor Zago para podermos verificar a instalação provisória da sede. Eles estão licitando e o policiamento comunitário tem uma característica básica que é a sede que todos os alunos, todas as pessoas possam a ela se dirigir. Estamos em uma sede provisória. Há dois containers que seriam para a faculdade de Química, foram adaptados para que possam colocar computadores, possamos ter mais espaço até a construção. Vamos progressivamente aumentando o número de policiais, porque a ideia não é fazer só na cidade universitária, queremos ampliar um pouco, pegando os caminhos para CPTM, para o metrô e para os pontos de ônibus onde os alunos, professores e funcionários também frequentam. Nos dias de alta presença na USP, circulam por volta de 60, 70 mil pessoas. E foi bem recebida, estamos realizando e aproximando dos alunos. Vamos instalar o Conseg USP, o Conselho de Segurança da Cidade Universitária, com a participação paritária de alunos, professores e funcionários, com uma audiência pública por mês para irmos acertando.

Tenho absoluta certeza que será um case, não só nacional, internacional, de participação da comunidade acadêmica com a polícia. Ressaltei várias vezes, sou da USP, fiz faculdade, agora sou professor da USP. Na ditadura militar, toda a vez que a polícia entrava na USP, era para tudo, menos para segurança pública. Era para reprimir livre manifestação de expressão, para reprimir reclamações. O policiamento comunitário é para cuidar de criminalidade, é para ser próxima ao professor, ao aluno, ao funcionário, para que possamos, juntos, dar uma tranquilidade para a vida acadêmica. Tenho absoluta certeza que está caminhando muito bem.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Rapidamente, se conseguirmos vamos aproveitar.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Desculpa, faltou da Fundação Casa que também é importantíssima.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - A segunda questão, nós já assinamos a Dejem com a Fundação Casa, um convênio para quatro unidades que foram solicitadas pela Fundação Casa. Uma das unidades, Campinas, tem três prédios, já estamos com 38 policiais militares para fazer um policiamento externo. Somente a medida que a Fundação Casa entender que é interessante expandir, nós expandiremos.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Rapidamente a deputada Marcia Lia, assim todos poderão perguntar. O secretário já explanou a prestação de contas para nós e fará a gentileza de responder a todos, assim ninguém fica sem resposta. Rapidamente porque vai começar o Plenário e teremos que parar.

A SRA. MARCIA LIA - PT - É um prazer enorme recebe-lo na nossa Casa. Na verdade, não é uma pergunta, mas é algo que está nos deixando muito preocupadas. É para que possamos descobrir autores de crime, o senhor sabe disse, nós precisamos ter uma polícia bem preparada, peritos criminais, médicos legistas. Na nossa região, em Araraquara, tínhamos aproximadamente oito médicos legistas. Hoje, se não me falha a memória, estamos com dois ou três, só, uma situação desesperadora. A situação é muito difícil, os médicos estão em estafa, logo vão pedir para sair, pedir atestado médico e não vamos mais ter quem faça as autopsias e as necropsias na região de Araraquara. É uma região muito grande, com vários municípios sendo atendidos pela seccional da região de Araraquara. Essa preocupação tem que ser alvo de cuidados especiais do senhor e de toda sua estrutura. Não dá para encontrarmos os autores dos crimes se não tivermos uma perícia extremamente bem preparada, com número de pessoas suficiente, com carga horária respeitada, com todas as condições objetivas para que possam cumprir o seu mister.

A outra coisa, é mais um apelo. Nessa questão que estamos sentindo das crianças, dos jovens, que estão ocupando as escolas no estado de São Paulo, que a Polícia Militar possa ter um cuidado muito especial. Nós temos tido informação de algumas situações e precisamos parar para pensar porque são crianças, jovens, adolescentes. Hoje, por exemplo, na Mooca, oito jovens foram levados para a delegacia. Temos tido informação de que alguns abusos estão sendo cometidos pelos policiais militares. Gostaria de pedir

ao senhor que pudesse preparar as pessoas para entender. Porque quem teve a oportunidade de ler a decisão do Tribunal de Justiça ontem, em relação ao que supostamente seria reintegração de posse, e o Tribunal de Justiça entendeu que não é, que é uma questão de política pública, de debate, de diálogo, de conversa que o governador tem que ter com as escolas, e não uma questão de posse. Mas que temos que respeitar o ECA. E o ECA, preferencialmente estabelece que as crianças têm que ser cuidadas, respeitadas e não pode haver nenhum tipo de conflito com as crianças e os adolescentes que cheguem a ter um resultado negativo.

Duas preocupações. A primeira com relação aos peritos criminais e dos médicos legistas na nossa região de Araraquara. E pelo o que o Jooji Hato mencionou aqui, a preocupação dele também é grande nessa questão dos legistas. E só para reforçar os cuidados que precisamos ter, porque nós estamos com cento e cinquenta e poucas escolas ocupadas e a tendência é que esse fato possa aumentar a quantidade de escolas. Não precisa nem responder, é só para o senhor cuidar disso com muito carinho.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço, deputada. Faço questão de responder as duas indagações. Invertendo a ordem, em relação a invasão das escolas, é importante que se coloque que desde o início, desde o primeiro momento, inclusive quando todas as liminares ainda estavam de reintegração de posse, elas estavam determinadas. Ainda hoje no interior, a procuradoria obteve reintegração de posse em vários municípios. A determinação do governador Geraldo Alckmin para a minha, a minha determinação para a polícia é que a reintegração, nesse caso, seja feita pela Secretaria de Educação. Nesse caso, somos nós estado conosco mesmo.

O juiz não pode obrigar a forma como nós devemos fazer. Diferente quando é o particular que não consegue e o juiz diz que a polícia está obrigada a fazer. Antes da decisão, ontem, do Tribunal de Justiça, essa opção já tinha sido retratada. Não há presença policial, o que há é diálogo, a presença dos dirigentes de ensino. Isso vai prevalecer. Diria que a maioria esmagadora dos estudantes estão se manifestando e respeitando a escola, não há destruição ao patrimônio público, não há crimes sendo praticados. A polícia só atuará se houver crime, se houver dano ao patrimônio público, que foi o caso hoje da Mooca. Começou a destruição, a polícia autuou e levou até a delegacia. Salvo isso, isso é uma questão a Secretaria da Educação, de diálogo, sem a participação porque não há necessidade da polícia porque não há violência.

Isso desde um primeiro momento, onde nós tivemos notícia aqui em Pinheiros, na escola Fernão Dias que estavam sendo depredado, que estava sendo realizado bagunça, dano ao patrimônio. A polícia foi e depois eu mesmo determinei que a polícia se retirasse, sem nenhum incidente. Volto a repetir, vale para reintegração de posse, que foi perguntado anteriormente, vale para qualquer caso. Se houver abuso, se houver excesso, em qualquer caso, basta comunicar que vocês podem ter absoluta certeza que será rigorosamente apurado. Eu dou total apoio para a polícia atuar sempre dentro da legalidade. Fora da legalidade não tem a mínima chance de apoio da Secretaria da Segurança e do governador.

Em relação aos peritos, faço uma correção porque eu falei errado um número. Para médico legista são 140 vagas e perito criminal são 447 vagas, acho que eu falei 350. Esses 93 que ficaram de foram. São 140 e 447. Eu falei errado. Assim que houver possibilidade legal, nós estaremos chamando. Eu concordo em gênero, número e grau com tudo o que foi dito aqui, até porque eu invisto nisso como secretário e eu utilizava isso como promotor, a prova técnica é importantíssima. A prova técnica, tanto a prova do Instituto Médico Legal, quanto do Instituto de Criminalística, no caso da chacina de Osasco, fazendo as ligações, foi importantíssima. Se o Sr. Presidente permitir, aproveito aqui para fazer uma propaganda: a prova técnica do Instituto de Criminalística agora auxiliou que o Deic pudesse prender duas quadrilhas de roubo a banco, que nós estávamos seguindo, mas para apreender todos precisávamos fazer uma ligação. É importantíssimo. E atua junto a polícia. Tanto que com a prisão dessas duas quadrilhas, onde o Instituto de Criminalística muito auxiliou, nós diminuímos, agora em outubro, 57% no Estado os roubos a banco. As duas grandes quadrilhas que tinham ramificações, para ver a importância disso. Com esses 57% no Estado, na Capital, 50%, caiu pela metade em outubro. Com esses 57%, o único que no acumulado não estava menor do que o ano passado, agora passa a estar também, que é roubo a banco.

Pela primeira vez na história, desde 2001, nós temos todos os índices melhores do que o período acumulado do ano passado. Nunca os índices acumulados todos estiveram verdes. Estão bons, estão ótimos? Nós precisamos melhorar. São ideias? Não são, precisamos melhorar. Mas mostra que a política de segurança do governador Geraldo Alckmin está no caminho certo, nós vamos melhorar, temos que trabalhar mais. Para trabalhar mais, temos que ter mais gente na polícia. Assim que a Lei de Responsabilidade Fiscal permitir, nós chamaremos. Quando chamarmos, vou querer essa faixa de presente. Ela estava aqui outro dia também, não estava? Lá em cima?

O SR. - Todo dia.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Vou querer essa faixa de presente autografada por todos que entrarem. “É perito? ”, então autografada pelos 447 peritos criminais, certo?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra o deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Caro secretário, satisfação tê-lo aqui. Eu estive na Secretaria, em uma primeira visita com o secretário de Segurança Pública de Osasco e o vereador e o secretário de governo de Jandira. De Jandira reclamavam o fechamento da delegacia. A informação que foi passada pelo deputado Luiz Fernando que esteve por lá, é de que o delegado de polícia não tem lá, quem atende é o delegado de Itapevi. Queria informação de como está essa situação.

Segundo, é com relação que nós pedimos, junto com o secretário de Segurança Pública de Osasco, é preventiva prevenções para Osasco, de roubos, assaltos e uma série de coisas. Teve um assalto com morte de seis pessoas. Primeiro um soldado em um posto de gasolina, não sei se trabalhava lá. E depois a matança de nove - e que seis dariam 25 - e acabou que matança o que foi testemunha. Na televisão, em uma das fotos que foram apresentadas, mostrou o rosto desse que foi testemunha e ele foi assassinado também. Queria informação, quais as providências que foram tomadas, estão sendo tomadas, para que a violência, os roubos, assaltos, etc., naquela região seja controlado?

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço as duas questões, deputado. Em relação a Jandira, o que foi fechado é o plantão de Jandira que foi transferido para Itapevi por um motivo logístico. Itapevi tem cadeia pública, lá precisa ficar 24 horas. Como disse na nossa reunião, assim que houver o ingresso dos 129 delegados - depois, obviamente, dos 447 peritos criminais - nós iremos repor o delegado de Jandira. Vossa Excelência sabe, administrar é escolher, priorizar. Nós precisamos relocar.

A questão da cadeia pública de Itapevi, necessitou de um plantão de 24 horas. Em relação a Osasco, todos os índices criminais de Osasco, desse ano, avançaram, são melhores do que em relação ao ano passado. Nós tivemos um caso gravíssimo em

Osasco, Barueri, que foi a chacina ocorrida dia 13 de agosto. Ressalto a importância da prova técnica, pela investigação e pelo cruzamento de projeteis e de capsulas de armamento para verificar se saíram das mesmas armas, nós conseguimos retroagir, até dia oito e com isso pegar mais três mortes com trabalho pericial muito bem realizado. Nós tomamos as providências.

A Força Tarefa foi criada, imediatamente por determinação do governador Geraldo Alckmin. Entre peritos, médicos legistas, policiais civis, mais de 50 membros. Depois, quando tivermos a primeira notícia de que havia possibilidade de participação da Polícia Militar, por uma testemunha referida, juntamos a Força Tarefa à corregedoria da Polícia Militar. E antes de dois meses desvendamos vários assassinos. Já estão presos oito policiais militares. Haviam sido presos setes, depois mais um foi preso recentemente porque ameaçou uma testemunha, ainda não está confirmado a sua participação, mas há indícios, estamos apurando. Por coação no curso do processo pedimos a sua prisão e foi preso um guarda civil também e nós continuamos com investigação.

Fizemos uma alteração em Osasco, na região, nos batalhões. Mudamos os comandantes de batalhão, agora recentemente, para dar uma arejada. Havia pessoas que estavam a bastante tempo lá, é sempre bom dar uma arejada, um pessoal novo, tanto comandantes de batalhão como subcomandantes, exatamente para imprimir um novo ritmo nessa região.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Estamos com 30 minutos da sessão suspensa. O deputado rapidamente faça sua pergunta.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente. Me inscrevi antes do deputado Rillo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O Rillo está aqui faz tempo, me desculpe, deputado. Ele já estava inscrito aqui, V. Exa. não viu, eu que fiz a relação.

O SR. - O senhor falou no microfone que o deputado Rillo não tinha se inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ele chegou antes que Vossa Excelência. Na próxima o senhor fala. Vai dar tempo. Fala Rillo, rapidamente, assim os dois falam.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria também de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Primeiro o Rillo, rapidamente. Senão ficaremos aqui, não vamos encerrar e não dará para falar nem V. Exa. nem ele. Vossa Excelência será o próximo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sr. Presidente, é o seguinte, não é questão de rapidamente. Eu acho que o deputado tem que fazer o tempo que achar por necessário aqui, sem questão que seja rapidamente. Se acabar, terá uma outra oportunidade com o Dr. Alexandre.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Sim, mas quero que todos façam a pergunta como V. Exa. também faça.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Rapidamente eu não vou fazer.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Faça o favor, deputado Rillo. Tudo bem, deputado Cezinha, se der V. Exa. também fará.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Farei minha pergunta em tempo cabível.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Rillo, faça o favor. O jeito de falar para ser mais rápido para que todos possam perguntar. Por gentileza, Deputado Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, secretário, a minha primeira pergunta é muito direta, em relação a Sorocaba. Que uma tenente da polícia, acompanhada de dois cabos, foi até a escola estadual Aggêo Pereira de Amaral e exigiu a remoção do cartaz, resultado de um trabalho escolar de filosofia sobre Foucault, que

faz parte do currículo escolar oficial do estado de São Paulo. O secretário, provavelmente sabe do caso, gostaria de saber qual foi o procedimento em tamanha aberração e interferência da Polícia Militar dentro de uma unidade escolar, especialmente dentro do currículo escolar.

A outra a deputada a Marcia Lia já falou, mas vale reforçar. Nós vamos usar, de maneira muito positiva, a resposta do secretário para que os estudantes se protejam da fúria, obviamente de uma minoria, mas de alguns policiais que não compreenderam ainda a decisão judicial. E mais, parece que eles estão escutando vozes do governo, para que escutam orientação que não sabemos de onde vem.

Para ser ecumênico, para não ficar só na “Folha de S. Paulo” que teve que, segundo o secretário, desmentir, eu tenho a revista “Fórum”: “Polícia usa força para tentar desocupar escola em São Paulo, capital”. “PM ameaça professores, estudantes em escola pública”, “Carta Capital”. “Polícia usa força para desocupar escola no Jardim Ângela”, “Rede Brasil Atual”. “Professores ficam feridos durante confusão com policiais”, da “Folha de S. Paulo” que representa vocês. Gostaria de saber qual é a orientação? Nós precisamos de uma, porque tem abuso. Eu concordo com o secretário, é uma minoria, a maioria tem uma boa convivência entre Polícia Militar e aqueles que estão fazendo ocupação. Uma correção, não é invasão, é ocupação. A justiça já entendeu que não é invasão. Diz que a ocupação faz parte de uma estratégia de questionamento de política pública.

Aliás, um despacho histórico, um texto histórico da justiça paulista, muito progressista e muito importante nesse momento. São mais de 160 escolas ocupadas. Gostaria de saber, textualmente, qual é a orientação. Assim, pegamos a orientação do secretário para servir como um escudo, politicamente falando, daqueles que estão abusando de uma orientação que, pelo que escutei aqui, não existe.

Secretário, não farei a pergunta que o deputado Luiz Fernando fez, mas vale aqui. Se é verdade que ele não leu a reportagem, quem leu não interpretou corretamente ou interpretou de acordo com a sua conveniência. A “Folha”, do dia nove, tem a manchete que diz: “Manobra de gestão Alckmin diminui o número de homicídios”. Realmente, no dia 13, a “Folha” errou em texto sobre o número da Polícia Militar de São Paulo.

Vou ler uma parte da matéria para vocês. “A reportagem foi produzida com base em informações do “Diário Oficial” e da resolução interna do próprio governo paulista. O levantamento da “Folha” foi refeito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública especializado em estatísticas criminais, que chegou as mesmas conclusões. No dia da

publicação da reportagem, porém, o governador divulgou duas versões sobre a metodologia que passaram a utilizar. Primeiro, ao negar a manobra, disse que nenhuma morte foi retirada da conta dos homicídios e que esta estatística estava preservada. Essas mortes por PMs de folga em legítima defesa, a parti de abril, deixaram de ser classificadas como homicídio doloso, reações, e passaram a ser chamadas de pessoas mortas, policiais militares de folga. A Secretaria dizia que a mudança era metodológica. O secretário estadual de Segurança, Alexandre de Moraes, usou esse argumento ao negar à “Folha” acesso a parte dos dados. Então, ele dizia que letalidade policial é policial atuando em serviço. Depois mudou, letalidade, envolve tantos policiais em serviço quanto fora de serviço”. A matéria segue na mesma toada. Existe uma contradição aqui.

Foi feita uma última matéria em que o Ministério Público abre um inquérito para apurar supostas irregularidades nas estatísticas oficiais criminais divulgadas pelo governo de São Paulo.

Meu último questionamento, talvez o site do Conselho Nacional de Segurança e Justiça também tenha que fazer como a “Folha” e se retratar. O secretário ainda disse que as audiências de custódias não tiveram nenhuma reclamação ou denúncia de tortura. Aqui segue informações do Conselho Nacional de Justiça, que registrou 473 reclamações de tortura e violência, sendo que 277 no estado de São Paulo, nas quase 9.532 audiências de custódia. 220 da Polícia Militar, 45, número sugestivo, da Polícia Civil, e 12 da guarda Municipal.

Termino com uma fala da matéria, que está no Conselho Nacional de Justiça, de uma advogada chamada Vivian Calderoni, que diz o seguinte: “Alguns dos presos estavam com marcas visíveis de agressão, olho roxo, perna machucada, camiseta com sangue, nariz ferido. Vale destacar que mesmo em frente aos policiais, eles mantiveram com coragem a denúncia, o que nos leva a crer que muito mais ocorrências tenham ocorrido de violência, uma vez que muitos daqueles não tem coragem e tem medo de se expor frente a polícia”.

Talvez aqui, secretário, o senhor tenha que pedir também para o Conselho Nacional de Justiça, que o senhor tem intimidade, já fez parte, pedir para corrigir, assim como fez com a “Folha de S. Paulo”. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra, o secretário de Segurança Pública.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Sem querer polemizar, aqui todos, principalmente os parlamentares que estão na atividade política administrativa, sabe que para a “Folha” se retratar com chamada de primeira capa, ela viu que errou mesmo. Ela mandou controle de qualidade à Secretaria, analisou todos os dados e se retratou, da maneira dela. No domingo seguinte, sofreu uma crítica, do ombudsman dela mesma, dizendo, textualmente, que a retratação deveria ter sido mais incisiva, que a retratação disse, não disse, que deveria ter sido do mesmo tamanho da agressão falta, como determina o direito de resposta. Não fui eu quem disse isso, basta vocês entrarem, o ombudsman da “Folha”, e lerem a matéria inteira. Nisso não há nenhuma preocupação porque a folha já reconhecer corretamente mostrando o porquê a “Folha de S. Paulo” é um dos maiores periódicos do Brasil, porque quando erra, e errou, e induz os demais a erro, ela reconheceu e o ombudsman também. Não há nenhum problema.

Volto a dizer, em relação ao que o nobre deputado leu, é sempre bom não lermos só uma parte ou não dar sequência. Quando não estamos no dia-a-dia dessas questões, muitas vezes podemos pecar por não ver a sequência das matérias, das questões. Vocês devem se recordar, e está gravado, que eu disse que não teve nenhum caso comprovado de tortura, de abuso. Quando o juiz, a maioria ele mesmo já nem manda. Quando há um ferimento, ele manda, não pediu nenhum inquérito policial. O juiz pode, Art. 40 do Código de Processo Penal, e faz direto, o promotor também faz, quando eles olham crime, não é que podem, são obrigados a determinar a instauração de inquérito policial. Em nenhum caso pediu. Como havia lesou, pediu para apurar. E nenhum inquérito foi aberto até agora. Então não houve. Obviamente, a pessoa chega e fala, “eu fui torturado”, “estou machucado”, o juiz diz, “corregedoria, apure”. Se ele constatasse naquele momento realmente indícios, ele já pediria direto abertura de inquérito policial. Isso quem atua na justiça criminal sabe que é assim que funciona, então não há nenhuma comprovação.

A outra questão, deputado Rillo, é a tenente em Sorocaba. Foi determinado que a corregedoria instaurasse o procedimento para verificar o porquê dessa atitude da Polícia Militar ou de membros da Polícia Militar de Sorocaba. Isso está sendo apurado porque não há nenhuma possibilidade de pactuação com irregularidade, com quebra de legalidade, quebra de legitimidade pela Secretaria da Segurança Pública. Foi determinado que se apurasse.

Em relação as escolas, volto a dizer e faço aqui um introito da grande injustiça que se pratica em relação a Polícia Militar. Várias vezes, são repetidos casos que ninguém sabe o que foi, mas vai repetindo que houve o abuso. Nós temos o vídeo inteiro, não só a parte que foi editada do professor que foi preso, onde o professor dá uma garrafada na cabeça do policial. Ele dá uma garrafada na cabeça do policial. Foi conduzido à delegacia. Volto a dizer, Srs. Deputados e todos os presentes, a questão das escolas, os alunos, por determinação do governador Geraldo Alckmin é uma questão de educação, será conversado, demonstrado, haverá convencimento.

Como o governador já disse, se em uma escola ou outra houve erro na aplicação dos requisitos, objetivos da reestruturação, esse erro será revisto. É uma questão de diálogo e de educação. Se houver prática de crimes, dano ao patrimônio público ou qualquer outro crime, aí se torna uma questão de polícia, porque a polícia e a Secretaria da Segurança Pública não podem prevaricar. Aí seria o crime de prevaricação.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Agradeço ao senhor secretário, respondeu às perguntas do deputado Rillo. Deputado Cezinha, por gentileza.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento Vossa Excelência. Cumprimento também o Dr. Alexandre, promotor, advogado, secretário de Segurança do maior estado do País. Cumprimento os amigos que estão nessa tarde nos prestigiando com sua presença. Secretário, lhe faço um pedido. Cumprimento na pessoa do Luiz Fernando, Gil Lancaster, todos os deputados.

Algum tempo atrás eu estive com o senhor, que já foi membro do meu partido, Democratas, que sou vice-líder nessa Casa hoje. Acompanhado do meu amigo, deputado Jorge Tadeu, que é seu amigo, e também da vereadora Sandra, quando estivemos no início dessa legislatura, lhe fizemos alguns pedidos. Obrigado pela primeira vez que o senhor me atendeu. Um tempo atrás, há quase dois meses, eu pedi uma audiência para a Secretaria de Segurança, com o senhor, a pedido do governador, por conta de um Projeto de lei que eu apresentei nessa Casa, no início dessa legislatura.

O deputado Delegado Olim e o presidente Fernando Capez já me deram a ordem de discursar sobre esse projeto que dispõe da proibição de venda de chips sem o devido cadastramento neste Estado. Precisava fazer uma discussão com V. Exa. até por conta de uma indicação do governador ao colocar um texto no projeto que disponibilizasse no

fim da possível multa pela irregularidade, o valor para a Segurança Pública do Estado. Não deu tempo porque ficou um pouco longa a agenda do senhor, fui pedir dia oito do mês passado e ficou agora para um pouco mais de 30 dias, a assessoria pediu legalmente via e-mail. E não deu tempo porque a Casa Civil foi um pouco mais rápida, me chamou, ajustamos o texto e acabou não indo para a Segurança Pública.

Inclusive foi informado ao senhor através de sua assessoria, que eu estaria levando um outro assunto ali, entre outros que eu tinha para tratar com o senhor, o pedido de um prefeito com o abaixo assinado de um determinado município importante deste estado. Estive ontem ali, o senhor me desculpe, eu sei que quando o nosso líder nos chama nós temos que parar tudo, mas uma hora antes a minha assessoria fez contato com a sua para confirmar a minha presença lá, se o senhor estaria me atendendo. Eu vi que o senhor esteve as 10 horas da manhã com o governador entregando umas viaturas para a Polícia Militar. Parabéns ao nosso governo, sempre preocupado com a segurança pública. Eu que faço parte do governo desta Casa. Eu deixei ontem, secretário, um pedido com o seu chefe de gabinete, ele me informou que o senhor estava na Casa Civil. Eu fui para lá imediatamente, mas não o encontrei, acho que já tinha saído. O senhor atendeu até as 14 horas ali com o governador, os problemas das escolas, da invasão das escolas, acredito que essa é a versão correta.

O Edson Aparecido prontamente me colocou para falar com o governador a respeito do assunto. Deixo um pedido ao senhor, eu deixei ontem as mãos dos eu chefe de gabinete, o pedido de um município. Se possível, gostaria que em um tempo recorde, sua assessoria fizesse um relato para o nosso gabinete, ou até mesmo direto ao prefeito daquela cidade que eu levei ali ontem, sobre o assunto que eu deixei lá. É um assunto um pouco urgente. Não gostaria de findar o ano sem dar essa resposta ao prefeito. Dos quase 106 mil votos que eu tive nesse Estado, eu tive uma boa parte nesse município, que o senhor irá saber qual é lá. Eu tenho que atender aquela população com uma resposta de sim ou de não. Até porque existe um abaixo assinado, até dos padres da cidade, para resolver aquela questão. Gostaria de deixar esse pedido ao senhor.

Sei do seu trabalho, das suas ocupações, não é fácil trabalhar na Secretaria de Segurança de um Estado como esse. Eu sei que não é fácil. Mas só deixar aqui um pedido, que o senhor dê uma olhada nesse pedido meu. E que a sua assessoria nos avise quando o senhor não puder nos atender. Eu, por exemplo, quando não posso atender alguém, a minha assessoria entra em contato e me coloca na linha com essa pessoa,

“não posso te atender hoje, posso tal hora, dá para vir onde estou? ”. Acredito que, com certeza, foi erro de sua assessoria e não do senhor. Jamais o senhor erraria nisso. Muito obrigado, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra o secretário de Segurança Pública para responder. Está mais calmo agora, Vossa Excelência?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sr. Presidente, sempre estive calmo. Esses dias aconteceu um caso um pouco parecido aqui e acabou dando problema nessa Casa.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Vossa Excelência sempre tem preferência porque é meu amigo pessoal.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Isso aqui é discussão do parlamentar, não do amigo. Nós somos amigos particulares, é o que interessa.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra, secretário.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Não é uma pergunta, é só um pedido. Antes do recesso será analisado com o sim ou com o não.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Igor, faça a pergunta para encerrarmos.

O SR. IGOR SOARES - PTN - Sr. Presidente, antes de me dirigir ao secretário de Segurança do Estado, parabenizo V. Exa. que vem fazendo um grande trabalho frente a essa reunião, a Comissão de assuntos de segurança. Vossa Excelência tem experiência da área de segurança. Foi um dos homens que mais estourou cativo no Brasil. Tem as prerrogativas para estar aqui hoje representando a Segurança do Estado nesse Parlamento. Cumprimento meu amigo, vereador da cidade de Itapevi, Bruxão do Taxi, amigos taxistas da cidade.

Quero aqui, Sr. Presidente, me dirigir ao secretário de Segurança. Parabenizo-o não só pelo brilhante trabalho que sempre por onde passou realizou, tanto no Ministério

Público do nos Estado, depois na vida acadêmica e agora frente a nossa Secretaria de Segurança. E vem provando, inclusive pela grande mídia, se retratando da forma que a “Folha” fez na última semana, realmente vem realizando um grande trabalho pela nossa segurança, abaixando os índices de criminalidade. Parablenzo-o, o respeito que o senhor a esta Casa. São poucos os secretários de Segurança no Brasil que respeitam seus parlamentos estaduais, que respeitam a imprensa e o senhor sempre presente explicando, respeitando o cidadão. O parlamento, a imprensa, é a ponte entre o cidadão e o governo.

Conforme todo o secretário que vem a esta Casa, não pode sair daqui sem um pedido. Eu já estive na sua Secretaria, eu fui muito bem recebido pelo senhor. Faço um pedido: que a delegacia da mulher de Itapevi já se encontra pronta, o Dr. Paiva, que é o delegado seccional de Carapicuíba, já conseguiu uma delegada para a cidade, um escrivão de polícia e um investigador, necessário para inauguração. Peço ao senhor, para tratar com sua equipe o mais rápido possível. Ontem tive a felicidade de saber que já recebemos uma viatura zero quilômetros para atender as mulheres da nossa cidade. Esse equipamento público que atende as mulheres, em diversas cidades, passará a atender as mulheres de Itapevi. Peço do senhor o empenho para darmos esse presente ao povo de Itapevi até o final do ano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço as palavras, deputado, estamos na fase final, na reta final.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Agradeço as palavras carinhosas do deputado Igor, a minha pessoa. Deputado Márcio, por gentileza.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Secretário, Sr. Presidente e demais amigos e colegas da Assembleia. Secretário, peço desculpas, mas tendo em vista a existência de 512 cargos vagos de delegado de polícia e 282 aprovados no total, dentro e fora do número de vagas, primeiro, haveria interesse na convocação de todos? O senhor falou do limite providencial, não caberia a exceção prevista no Art. 22, parágrafo único, no caso de aposentadorias que se falam e tudo mais.

Estamos vivendo mundialmente o medo do terrorismo. Estamos em véspera das Olimpíadas para o ano que em, Rio de Janeiro, São Paulo, Cumbica, a aberta das portas do Brasil. Como a Secretaria, em questão do terrorismo trata isso? Se nós estamos

preparados em São Paulo. Ninguém está preparado para o terrorismo, mas quais são as considerações e preparou na eminente situação de risco que nosso Estado pode ocorrer?

O SR. ALEXANDRE DE MORAES - Agradeço, deputado. Nós, no governo, entendemos que não se aplica o parágrafo a exceção nessa hipótese até porque o concurso é de 2013, não seria algo emergencial nesse ponto.

Em princípio, as vagas são aquelas do edital. Depois de todos os nomeados, nós podemos analisar, mas até para que não se crie falsas esperanças, são as vagas autorizadas no edital. No caso, o delegado de polícia são 129 vagas.

Em relação ao terrorismo, cheguei a citar no início da exposição, que na terça-feira passada tive uma reunião na inteligência do exército com as Forças Armadas, a Polícia Federal. Nós temos, assim como foi feito na Copa, será replicado agora e com uma preocupação maior, como bem V. Exa. lembrou. Uma Comissão que faz parte da Secretaria com as polícias, Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, ABIN, para que possamos analisar todas as situações de risco. Aceleramos isso porque solicitei a troca de imagens e nós vamos assinar um convênio com o exército, para combate a narcotráfico, contrabando de armas, mas com isso também teremos mais informações.

Vossa Excelência tem razão quando coloca a questão que ocorreu em Paris. A retaliação, o indo e vindo, vai tornar mais tensa as Olimpíadas. Nós estamos preparados, junto com as Forças Armadas, junto com a Polícia Federal, com troca de informações agora. Nós já fizemos reuniões com os consulados, são os dois que sempre se preocupam mais com isso, o Norte Americano e o de Israel. Vamos continuar nisso para informação. O terrorismo se alimenta de duas grandes coisas: do medo, pânico, e da desinformação. Quanto mais desinformação, mais medo e pânico se leva as pessoas. Vamos atuar diretamente na questão da informação. Forte informação para garantir a tranquilidade aqui no estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Agradeço o secretário e sua assessoria. Agradeço todos os Srs. Deputados. Todas as perguntas foram respondidas pelo secretário, ele não deixou de responder nenhuma pergunta, mostrando assim um preparo para o cargo. Parabenizo-o mais uma vez. Acredito que todos os deputados estão satisfeitos. Tinha aqui uma pergunta, mas não irei fazer por causa do horário, deixarei para uma próxima vez que nos encontrarmos. Agradeço aso deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

* * *